

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

ANDREZA DA SILVA DORZANIO

OS SABERES MURA: PERSPECTIVAS INTERCULTURAIS DE EDUCAÇÃO
ESCOLAR INDÍGENA

MANAUS - AM
2019

ANDREZA DA SILVA DORZANIO

OS SABERES MURA: PERSPECTIVAS INTERCULTURAIS DE EDUCAÇÃO
ESCOLAR INDÍGENA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, sob orientação do Prof. Dr. Michel Justamand.

MANAUS - AM

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

dorzanio, Andreza da Silva
D721o Os saberes Mura : perspectivas interculturais de educação escolar indígena / Andreza da Silva dorzanio. 2019
78 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Michel Justamand
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Interculturalidade. 2. Educação Escolar Mura. 3. Saberes Mura.
4. Dicionário de Plantas Mediciniais. 5. Formação de Professores Indígenas. I. Justamand, Michel II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ANDREZA DA SILVA DORZANIO

**OS SABERES MURA: PERSPECTIVAS INTERCULTURAIS DE EDUCAÇÃO
ESCOLAR INDÍGENA**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CORPO
DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS, COMO PARTE
DOS REQUISITO NECESSÁRIOS PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA.

Aprovado em: 22 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Michel Justamand (Presidente)

Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM)

Profa. Dra. Osmarina Guimarães de Lima

Professora Efetiva e Coord. de Projetos

Prof. Dr. Renan Albuquerque Rodrigues (Membro)

Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM)

Prof.^a Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos (Membro Suplente)

Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM)

Prof.^a Dra. Selda Vale da Costa (Membro Suplente)

Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM)

Dedicatória

Aos meus pais Elizieth e Antonio por educar a mim e a meu irmão com muito amor e dignidade! Sem vocês não teria chegado até aqui!

Ao meu filho Leonardo Dorzanio por compreender minhas ausências para dedicar-me aos estudos e por ser meu porto seguro.

Aos professores (as) indígenas Mura de Autazes e suas lideranças por permitir a realização desta pesquisa no âmbito da educação escolar indígena Mura. Pelas trocas de conhecimentos, e por ensinar-me sua história, valores, saberes e lutas, em razão de um país melhor para indígenas e não indígenas.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ser meu Salvador e Pedagogo em conduzir-me firme na fé e na esperança. Pelas pessoas que pusestes em minha vida. São como joias raras para mim.

A meu avô paterno e segundo pai, Osvaldo Dorzanio da Cruz quem ensinou-me os valores da cultura amazônica desde a infância. Pelos benzimentos, banhos e chás que não somente curaram enfermidades, mas especialmente que ensinaram-me o que é a fé e a importância da solidariedade para com o próximo! (*In Memoriam*)

A minha bisavó Esmeralda Marques por ensinar-me o valor do estudo e do trabalho sob um pensamento moderno, quebrando paradigmas e preconceitos contra a mulher! (*In Memoriam*)

As minhas avós Joana Dorzanio e Júlia Marques pelos ensinamentos e carinhos que só o amor de avó são capazes de compreender.

Ao meu irmão Anderson Dorzanio agradeço pelo amor e pelo companheirismo em nossas lutas.

Ao Lindo por ajuda-me a superar minhas fragilidades....Seu amor, amizade e companheirismo me fazem feliz.

Aos meus familiares que acreditaram nas minhas lutas e que de alguma forma contribuíram para meus estudos.

Aos meus professores do ensino básico e da graduação, os verdadeiros responsáveis pela escolha da carreira docente. Serei eternamente grata!

Às professoras e amigas Rosa Helena Dias da Silva e Ana Alcídia de Araújo Moraes, por apresentar-me a educação escolar indígena como formas próprias de ensinar.

Às amigas Lúcia Miranda, Fabiana Freitas, Eneida Lisboa, Rosana Miranda de Melo, Leyla Bessa, Gisele Bahia, Luana Gonzalez e Adriana Uchôa pelo incentivo ao estudo e conselhos para a vida. Vocês são como irmãs para mim.

Ao professor Alcilei Vale Neto, atual gerente da Educação Escolar Indígena – SEDUC/AM, pela amizade, trocas de conhecimento e parceria no trabalho. Obrigada por estender-me a mão. Grata!

À Organização dos Professores Indígenas Mura, na pessoa do presidente e professor Jerson Ferreira pelo apoio à pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pelo apoio financeiro.

Ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, pela oportunidade de mergulhar em outras áreas de conhecimento, numa metodologia interdisciplinar. O mestrado ensinou-me mais sobre as pessoas e a vida.

À professora Dra. Heloísa Helena Corrêa da Silva pelas orientações iniciais.

Ao professor e orientador da Dissertação, Dr. Michel Justamand, por adotar-me como orientanda no momento certo. Seu gesto foi muito nobre!

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM) por nos ofertar um Curso de Mestrado de qualidade para os estudos Amazônicos.

RESUMO

O texto traz uma abordagem sobre a educação escolar da etnia Mura que habita o município de Autazes, interior do estado do Amazonas, no contexto da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina, localizada na aldeia indígena São Félix, no Km 94 da AM-254, acesso pela BR-319, partindo da entrada do município do Careiro Castanho. O estudo se utiliza de uma pesquisa de campo (momento anterior), bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa. Utilizamos como instrumentos, a coleta de dados dos registros da observação participante (pesquisa Pibic/UFAM/FAPEAM), artigos publicados da mesma e documentos legais da escola Mura e dos cursos de formação de professores. A pesquisa tem como objetivo compreender se o material “Dicionários de Receitas de Plantas Medicinais da aldeia São Félix”, promovem diálogos entre a comunidade escolar (alunos, professores, pais e lideranças) e não indígenas, sob a perspectiva de uma educação intercultural.

Palavras-Chave: Interculturalidade; Educação Escolar Mura; Saberes Mura; Dicionário de Plantas Medicinais; Formação de Professores Indígenas.

ABSTRACT

The text draws an approach on the Mura school education that lives in the municipality of Autazes, in the state of Amazonas, in the context of the Dr. Jacobina Indigenous Municipal School, located in the native village of São Félix, Km 94 of AM-254, access by BR-319, starting from the entrance of the municipality of Careiro Castanho. The study uses a field research (previous moment), bibliographical and documentary, of qualitative approach. We used as instruments the collection of data from participant observation records (Pibic / UFAM / FAPEAM survey), published articles of the same and legal documents of Mura school and teacher training courses. The research aims to understand if the material "Recitations Dictionaries of Medicinal Plants of the village of São Félix", promote dialogues between the school community (students, teachers, parents and leaders) and non - indigenous, from the perspective of intercultural education.

Keywords: Interculturality; Mura School Education; You know Mura; Dictionary of Medicinal Plants; Training of Indigenous Teachers.

LISTA DE SIGLAS

- PIBIC - Pesquisa de Iniciação Científica
- PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação
- FACED - Faculdade de Educação
- UFAM - Universidade Federal do Amazonas
- SEDUC - Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas
- GEEI - Gerência de Educação Escolar Indígena
- OPIM - Organização dos Professores Mura
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- SPI - Serviço de Proteção aos Índios
- SUS - Serviço Único de Saúde
- PNPIC - Política Nacional de Práticas Interativas e Complementares

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Verbete do vocábulo “cajueiro”	56
Imagem 2 - Verbete do vocábulo “Copaibeira”	57
Imagem 3 - Verbetes dos vocábulos “jambuzeiro”, “jatobazeiro” e jacazeiro” ...	57
Imagem 4 – Verbete do vocábulo “Ananarana”	60
Imagem 5 – Verbete do vocábulo “Amapá”	60
Imagem 6 – Verbete do Vocábulo “Açaí”	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Disciplinas e Ementário.....	37
Tabela 2 - Dados da Escola Dr. Jacobina - Ensino Fundamental I (2019)....	48
Tabela 3 - Título das Pesquisas e Autoras	54
Tabela 4 - Formação dos Profissionais da Educação Escolar Indígena	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PRIMEIRA SEÇÃO	22
1 A INTERCULTURALIDADE E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA MURA	22
1.1. A interculturalidade e a educação escolar indígena em alguns olhares	22
1.2. Formação inicial e formação continuada de professores indígenas	31
1.3. Prática Pedagógica dos professores Mura: primeiras aproximações do cotidiano escolar	40
1.4. Prática pedagógica: aproximações do cotidiano escolar de outros povos	44
1.5. Perspectivas atuais de educação escolar Mura da Esc. Mul. Indígena Dr. Jacobina	47
SEGUNDA SEÇÃO	52
2 OS SABERES PRESENTES NOS DICIONÁRIOS DE PLANTAS MEDICINAIS DAS ALDEIAS MURA: PRÁTICAS PRÓPRIAS DE ENSINAR	52
2.1. TCC - Dicionário das receitas de plantas medicinais da aldeia São Félix: a pesquisa com alunos do Ensino Fundamental I	54
2.2. TCC - Dicionário de receitas de plantas medicinais da aldeia São Félix: valorizando os saberes dos anciãos	58
TERCEIRA SEÇÃO	64
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES MURA	64
3.1. A valorização dos professores indígenas Mura de Autazes: projetando a educação do futuro	64
3.2. Concurso público para professores indígenas da rede estadual de ensino	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	73
ANEXO – TERMO DE ANUÊNCIA	77

“Terra sagrada/Um mar infinito/Na verde imensidão/Amazônia guerreira/Encanto da
natureza/Pérola que Deus criou/Fauna, flora, grandes rios/Preservar é o
desafio.../Todas as tribos pela preservação/Rito de fé, Paz e união/Todas as tribos
pela preservação/Rito de fé, paz e união/Pela Amazônia, Terra Santa...”

(Ronaldo Bazi, Mauro Souza e Wenderson Figueiredo)

INTRODUÇÃO

A escolha do tema surgiu pela experiência da pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC), com o plano de trabalho – *Narrativas de professores Mura: tendências pedagógicas na formação escolar e na prática pedagógica*. O estudo fez parte de uma pesquisa mais ampla “A educação escolar Mura: práticas pedagógicas e formação docente¹”. As pesquisas investigaram a educação escolar indígena Mura sob os estudos da identidade, da autonomia, da diversidade, da interdisciplinaridade e da interculturalidade.² A última, escolhida como um dos conceitos a ser estudado neste projeto como perspectiva de aproximações para uma educação escolar própria, de acordo com seus costumes e cultura, que almejam somar a esta educação, os conhecimentos universais ensinados na escola do não-indígena.

O imaginário e a diversidade da fauna e flora amazônicas faziam parte de minha infância e adolescência, enriquecidas pelas histórias contadas por meus avós paternos, ambos de origem do interior do Amazonas, ele de Maués e ela de Itacoatiara. O que me fez perceber quantas proximidades existiam entre os saberes dos índios Mura e os saberes de meus avós. Os cuidados com a saúde eram regados de saberes e tradições amazônicas, como o uso do óleo da Andiroba, da Copaíba com efeito anti-inflamatório, da folha da Capeba para inchaço “vermelhas”³, os chás de ervas que ajudavam na cura de algumas enfermidades mais brandas.

O benzimento⁴ que meu avô fazia à quem o procurava se utilizando de ramos de Vassourinha⁵. Crianças com quebranto⁶ e adultos com mau-olhado ou doenças que pareciam não ter cura. Do censo comum ao científico, o uso das

1 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas/FAPEAM (2008-2010). Coordenada pela Profa. Dra. Ana Alcídea de Araújo Moraes. Linha de Pesquisa 3 – Formação e Práxis do(a) Educador(a) Frente aos Desafios Amazônicos do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas.

2 De acordo com Candau (2008, p. 52): “A perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade”.

3 Inchaço que atinge geralmente os membros inferiores.

4 Expressão do caboclo amazônico quando se reza sobre alguém para afastar o mal; benzer.

5 Planta Nativa das Américas. Nome científico: *Scoparia dulcis* L.

6 Mal produzido segundo a crendice popular, pelo olhar de certas pessoas, nas crianças, em gente sadia ou em animais; Mau-olhado

plantas medicinais estão ganhando lugar na indústria farmacológica e estética, a partir de pesquisas desenvolvidas que buscam a comprovação científica do poder da cura de enfermidades e outros benefícios.

A fase da adolescência trouxe muitas surpresas e conquistas, ainda para uma garota simples. A primeira experiência de trabalho foi no estágio do Ensino Médio Técnico em Administração, na secretaria de uma escola particular, da qual fui aluna da 4ª a 6ª série. Cumprido o estágio consegui a vaga de emprego como operadora de caixa numa loja de departamentos, foram dois intensos anos de muito trabalho e muitas saudades de meu filho que tinha dois anos de idade.

A busca por melhorias continuava, consegui um emprego que não tomasse mais meus fins de semana e feriados, afinal tinha um filho pequeno para cuidar. Ao conseguir emprego no Distrito Industrial passei a ter tempo também para estudar, e comecei a planejar a entrada na faculdade. Passei, entre alunos do PSC e do processo Macro, estava entre os primeiros colocados do curso de pedagogia da Universidade Federal do Amazonas no ano de 2008.

Escolhi pedagogia porque tinha interesse pela gestão escolar, e tão logo fiquei encantada pelo curso, pelos professores que inspiram até hoje, meu fazer pedagógico. Das disciplinas de metodologias aos Estágios Supervisionados, foram aulas que buscaram levar o mais próximo possível da realidade das salas de aulas dos Anos Iniciais. Em se tratando de currículo escolar e das relações que se constituem nesse ambiente e seus participantes (funcionários, pais de alunos e comunidade interna e externa), as disciplinas de Psicologia da Educação também deram suporte para que enxergasse a necessidade de uma abordagem adequada ao aluno com dificuldades de aprendizagem.

A inserção em uma Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC), chamou-me atenção, do grupo de pesquisa da Linha 3 – Formação e Práxis do Educador (a) Frente aos Desafios Amazônicos, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FACED). Que realizava naquele momento pesquisa junto ao povo indígena Mura do município de Autazes. Lutavam pelo direito de ter em suas escolas, apenas professores indígenas e uma educação com um

currículo escolar que trabalhasse os valores culturais do povo, com o objetivo de afirmação e valorização de sua identidade.

Minha sensibilidade para com os povos indígenas era perceptível, tinha curiosidade em estar numa aldeia e ver crianças indígenas na escola, para ouvi-las falar, contar suas histórias, brincar, presenciar como elas se comportam diante da explicação do professor e outras ações, que imagino ser muito próximas das crianças da capital.

Acompanhei os professores da Linha 3 por todo período da graduação, entre estudos, viagens a campo e especialmente nas articulações com as lideranças e professores Mura. No final do Pibic, fui contemplada com a publicação dos resultados da pesquisa parcial no IV Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica, na Universidade da São Paulo (capital) e resultados finais no evento regional (Norte), I Simpósio Amazônico sobre Políticas Públicas, realizado na Universidade Federal do Amazonas.

Após conclusão da pesquisa e o fechamento do curso fui convocada para assumir a vaga no concurso público para professora dos Anos Iniciais da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM), cargo conquistado sob muitas horas de estudo e dedicação.

A experiência para mim é valiosa diante de tudo que superei para conquistar meu lugar no mercado de trabalho e na vida de cada aluno. Atualmente estou como professora técnica na Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI/SEDUC). Oportunidade para conhecer e aprender de uma forma mais próxima a respeito da educação escolar indígena dos Anos Iniciais à formação de professores.

Cinco anos se passaram da graduação à aprovação no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (IFCHS/UFAM), vencendo dois turnos em sala de aula, trabalho doméstico e horas de estudo, pois professor dos anos iniciais possui uma jornada de trabalho intensa. A rotina escolar foi um grande desafio, mas os momentos oportunos que surgiam foram significativos para cumprir o cronograma de estudos do processo seletivo para o mestrado.

A expectativa para conseguir a vaga foi bastante tensa, pois percebia a cada etapa que os anos que fiquei distante da academia, da produção textual mais

científica, deixou-me insegura ao apresentar o projeto de pesquisa. O que se confirmou no início do curso, quando senti bastante dificuldades ao estudar os teóricos clássicos como, Marcel Mauss, Geertz e Lévi Strauss.

A seguir, faço algumas indicações do período dedicado aos estudos das disciplinas obrigatórias e optativas do curso e a interação com os professores e o projeto de pesquisa apresentado ao Programa. Da experiência do estágio docente e também da orientação para a escrita da dissertação.

Em março de 2017 a turma conheceu de início a disciplina *Epistemologia e Metodologia das Ciências Humanas e Sociais*, tendo como seus ministrantes os professores doutores Rosemara Staube de Barros e Sérgio Ivan Gil Braga. A primeira trabalhou principalmente o Pensamento complexo (estudo da condição humana) e tudo o que é “tecido junto” dentro das áreas do conhecimento que se enxerga como pertencente numa estrutura de redes, conexões, inter-relações, multi relações, como seu principal estudioso Edgard Morin. O segundo, apresentou a turma uma ementa composta por teóricos clássicos, como Michel Foucault, Marcell Mauss, Lévi-Strauss apresentando obra “O pensamento Selvagem”.

Visualizando a pesquisa com a educação escolar indígena Mura, os saberes dos povos indígenas, como o uso de plantas medicamentosas e outros não são considerados como conhecimentos científicos, por estes, não passarem por uma experimentação controlada por bases teóricas hegemônicas, que são postas à prova quando não há a patente do produto. No entanto, penso que o estudo do pensamento complexo, abordando a religação dos saberes se aproxima com a dinâmica escolar indígena ao tecer ligações do conhecimento tradicional ao conhecimento científico.

A disciplina *Seminário de Pesquisa I*, ministrada pela professora doutora Selda Vale da Costa contribuiu especialmente com o estudo da composição do projeto de pesquisa, direcionando a turma quanto aos tipos de pesquisas no campo das Ciências Sociais e seus instrumentos a serem utilizados para a coleta de dados. A professora doutora fez considerações importantes para a definição do título do projeto mantendo a educação intercultural como perspectiva de investigação, deixando a interdisciplinaridade para ancorar o texto num tópico pertinente a prática

pedagógica. O trabalho final da disciplina consistiu na apresentação dos projetos da turma, com a composição de uma equipe de alunos pareceristas, avaliando e indicando referências para o enriquecimento dos trabalhos.

A *Disciplina Seminário de Pesquisa II*, ministrada pelos professores doutores Heloísa Helena Correa da Silva e João Luiz Pacheco de Oliveira, contemplaram a turma com a apresentação dos documentos e a sistematização do projeto de pesquisa em preparação para a submissão ao Comitê de Ética. Também realizaram junto a turma o parecer dos projetos da turma. O trabalho final da disciplina desafiou os mestrandos à produção de um resumo do projeto de pesquisa, seguindo as orientações do material – “Indicações para a construção do texto final da disciplina” e a apresentação do modelo do Termo de Consentimento Livre Esclarecido pelos docentes.

As disciplinas optativas *Tópicos Especiais – Processo Civilizador e Práticas Socioculturais em Comunidades Amazônicas I*, e *Tópicos Especiais II (M/D) – Nobert Elias e Intérpretes: escritos sob o viés do processo civilizador*, ambas ministradas pelo professor doutor Gláucio Campos Gomes de Matos delimitaram estudos sobre os progressos nas relações sociais e comportamentais desde a Idade Média à sociedade moderna. A contribuição para que no transcorrer da pesquisa, a ida ao encontro dos sujeitos da pesquisa, não fosse de minha parte causa de estranhamento, por algum pequeno gesto que conotasse “incivilidade”, tão pouco constrangimento aos que viessem a ser entrevistados ou observados.

Outra disciplina optativa que trouxe um diferencial para os mestrandos e doutorandos foi – *Seminário Temático III – Contribuições do pensamento dissidente para as questões amazônicas*, ministrada pelo professor doutor Michel Justamand, proporcionando o debate do pensamento dissidente das questões amazônicas que são marginalizadas, esquecidas e muitas vezes, entregues a própria sorte por aqueles que dominam o capital na região. A forma de pensar o indígena como homem discordante, que não aceita ser excluído pela sociedade, levou-me a reportar as narrativas contadas pelos viajantes e jesuítas da imagem que teceram para os nativos, e quais as representações que a sociedade “moderna”, ainda faz dos primeiros donos das terras brasileiras.

O *Estágio Docente* ministrado pela professora doutora Heloísa Helena Corrêa da Silva, na ocasião orientadora deste projeto de pesquisa, foi realizado com a turma do 4º período do turno vespertino do curso de serviço social, na disciplina - Trabalho e contemporaneidade. A contribuição do estágio docente foi importante para a observação de quais metodologias são trabalhadas com uma turma da educação superior, não concentrando as aulas às metodologias tradicionais. As disciplinas do referido curso, se utilizam de leituras, socialização por meio de seminários, que podem ser também trabalhadas de forma mais dinâmica, se utilizando da interação entre os alunos, abrindo possibilidades para o diálogo.

As disciplinas – *Atividades de Pesquisa* possuem um mérito sem igual para o desenvolvimento da pesquisa e a escrita da dissertação. Para mim, a experiência, posso afirmar, que chegou com algumas dificuldades. Houve a necessidade de troca de orientador por duas vezes. Foi perceptível também que a temática da educação escolar indígena não era de seu domínio, o que o impulsionou a negar-se a realizar qualquer leitura prévia ou tecesse qualquer diálogo a respeito. Após troca de orientador, houve uma melhora significativa quanto a relação orientadora e mestranda, realizando ao mesmo tempo o estágio docente com um bom resultado de envolvimento com a turma do 4º período do curso de serviço social.

A troca de orientador foi realizada mais uma vez, por uma questão de proximidade de estudos com povos indígenas, e a experiência do professor que é historiador, pedagogo, filósofo, sociólogo, doutor em antropologia, pós-doutor em história e pós-doutor em arqueologia trouxe segurança. Suas aulas foram organizadas com a participação dos mestrandos e doutorandos, ao indicarem quais estudiosos e teóricos deveriam entrar nas referências do Plano de Curso e como se dariam a participação direta dos alunos. As disciplinas optativas do professor e seu campo de estudo, contribuíram com êxito para a realização da pesquisa e a escrita da dissertação, a qual faço a seguir, um breve resumo da estrutura de suas seções.

A primeira seção - A interculturalidade e a política de educação escolar indígena Mura, traz a reflexão de alguns olhares do conceito de interculturalidade a partir das reflexões de autores como Ferrari (2015), Luciano (2013), Candau (2008) e Linhares (2015) para um panorama da educação escolar indígena e as

aproximações com experiências com os não-indígenas. Fragmentos das histórias de vida dos professores Mura, também fazem parte do diálogo para que nos aproximemos um pouco de seus modos de viver e do fazer pedagógico do trabalho nas escolas Mura.

Os Mura de Autazes/AM, da aldeia São Félix, professores, alunos, pais e funcionários e outros participantes diretamente envolvidos nas atividades da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina lutam por uma educação escolar específica e diferenciada. Povo que vem buscando a afirmação identitária. A escola Mura é compreendida por estes, como caminho a ser percorrido para que se concretize a política de educação própria.

As transformações globais têm impulsionado indígenas e não indígenas, para possibilidades de diálogos, trocas de experiências, pois, as práticas cotidianas passam continuamente por um processo civilizatório. A concepção de mundo que vão formando refletirá nos seus modos de ser.

As transformações globais têm impulsionado indígenas e não indígenas, para possibilidades de diálogos, trocas de experiências, pois, as práticas cotidianas passam continuamente por um processo civilizatório. A concepção de mundo de cada um, permitirá a aproximação ou a distância uns dos outros, em razão da aceitação ou não das diferenças.

Os maiores entraves encontrados pelos povos indígenas estão quanto a falta de conhecimento e compreensão do não indígena acerca das políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Neste estudo, a educação escolar indígena específica e diferenciada para o povo Mura é mais do que uma conquista, é um projeto de vida.

Em outro momento da Seção, trago as experiências de formação dos professores Mura pelo Projeto Pirayawara (Magistério indígena) e o curso de licenciatura específico para professores indígenas. O subtítulo “Prática Pedagógica dos professores Mura: primeiras aproximações do cotidiano escolar”, apresenta dados de uma pesquisa do grupo de professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, que observou como os professores Mura desenvolviam suas práticas com os alunos dos Fundamental I.

O subtítulo - “Prática pedagógica: aproximações do cotidiano escolar de outros povos”, é uma reunião de experiências de ensino de outros povos que verificou-se como definem a política escolar e o que esperam para o futuro. Falas de indígenas, num momento de participação em um evento na Universidade de Campinas, que destaca as falas de professores e lideranças.

Na segunda seção - “Os saberes presentes nos dicionários de plantas medicinais das aldeias Mura: práticas próprias de ensinar”, apresento duas pesquisas que resultaram na elaboração do trabalho de conclusão de curso de duas professoras da escola Dr. Jacobina, ambas moradoras da mesma aldeia. Os trabalhos foram intitulados de “Dicionário de Receitas de Plantas Medicinais da aldeia São Félix. Os dicionários foram elaborados para que sejam apreciados por professores e alunos da escola.

Na terceira seção - “As Políticas públicas de educação: consolidação das escolas indígenas Mura”, disserto a cerca de políticas públicas de formação inicial e de formação continuada para professores indígenas. Os professores Mura, por meio de sua Organização alçaram voos altos, mas que foram possíveis de serem realizados, com a parceria do Município, Estado e a União, para que se fizesse valer os direitos educacionais de professores e alunos. Apresentando as disciplinas que foram pensadas junto à Organização de Professores Indígenas Mura (OPIM) para compor o currículo do curso de Licenciatura.

Nos parágrafos seguintes da Seção, trago a estrutura da Secretaria de Educação e Cultura de Autazes, para o desenvolvimento da educação escolar indígena, no referido município. O trabalho de coordenação junto às escolas indígenas Mura, com a realização de visitas às aldeias. E relato de história de vida que sob um olhar avaliativo do contexto, os cursos e projetos específicos para professores indígenas formou e forma não só professores, mas lideranças que têm feito a diferença para o povo.

PRIMEIRA SEÇÃO

1 A INTERCULTURALIDADE E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA MURA

1.1. A interculturalidade e a educação escolar indígena em alguns olhares

O avanço da tecnologia e os movimentos migratórios estão trazendo questões político-sociais importantes para os debates, revelando a diversidade cultural nos vários campos da sociedade. Ao se pensar nas mudanças tecnológicas, como por exemplo, o uso das Redes Sociais, o povo Mura vêm se utilizando também dessas ferramentas para apresentar ao mundo sua cultura.

As trajetórias pelas quais vêm passando, podem gerar impactos positivos e negativos para a educação das novas gerações, efeitos do mundo de hoje que chamamos de “globalizado”⁷. E por entender que precisam dominar também os conhecimentos transmitidos nas escolas não indígenas, defendem a necessidade de construir um modelo de escola específica, diferenciada, bilíngue, intercultural e de qualidade. No entanto, nem sempre as inter-relações se dão de forma pacífica, pois, cada indivíduo, principalmente os jovens possuem um olhar mais crítico sobre a realidade da qual estão inseridos.

As relações socioculturais entre indígenas e não indígenas têm se revelado também sob marcas do preconceito e marginalização, ainda que as políticas públicas tenham levantado a bandeira da diversidade cultural com programas e ações desenvolvidos nas áreas da educação, na saúde, na cultura, no trabalho, no lazer, no meio ambiente, na assistência social, na moradia, no transporte e outros espaços da esfera pública.

As falas impressas neste trabalho, são dados coletados na Pesquisa de Iniciação Científica – PIBIC/UFAM/FAPEAM (2008-2010) dos professores indígenas Mura de Autazes, protagonistas da transformação da educação escolar indígena de seu povo, que vêm resistindo às “armadilhas” político-sociais do cotidiano.

7 Vem da palavra globalização. É um processo econômico, financeiro, tecnológico e cultural e que precisa ser entendido não só como modo de produção ou de organização da economia, mas também de pensá-la como um processo civilizatório. (IANNI, 2005)

“[...] Vi muitas vezes os meus colegas (Mura) sofrer preconceitos e não saber responder. Essa foi uma das razões pela qual eu não me identificava como Mura, pois, diziam que os Mura fediam; eram pitiú; roubavam; eram moles; e diante da força dos preconceitos, me humilhavam também, pois tinha medo. Mas sempre por onde andavam dizia que era Mura [...]. E, foi no Mura-peara que aprendi lutar, viver, manter e desenvolver a capacidade que tenho como índio Mura. [...] (Professor Mura; História de Vida nº 35)

No campo da comunicação social, Ferrari (2015, p. 58), explica que:

“[...] Os movimentos de indivíduos de diferentes partes do mundo permitiram o contato com pessoas de realidades, experiências e perspectivas muito diferentes que, em várias situações, levaram (e levam) a atitudes racistas, xenofóbicas, de exclusão e até violência.[...].

Nas questões que envolvem os povos indígenas e o contato com o não indígena, fatos históricos revelam extrema violência contra estes povos no período da colonização. Interpretados como seres que não possuíam a razão, viviam seminus, eram tachados de preguiçosos e bárbaros. Atualmente, as atitudes criminosas contra os indígenas, vem reforçando o preconceito e a discriminação, com a exploração dos recursos naturais com a prática do agronegócio e com o interesse da exploração dos minérios presentes nos solos de terras demarcadas, como se os indígenas fossem meros ocupantes, sem direito e conhecimento para se utilizar de forma sustentável da terra.

Muitos povos não vivem mais de forma isolada, sem a ideia do que é o mundo e de que este é constituído de nações, e que cada uma possui um povo com suas diferenças, seja pela cor da pele, da língua falada, do jeito de se vestir e de suas crenças. Da mesma forma, que é desejo dos povos indígenas também serem reconhecidos por suas diversidades de culturas, que cada uma destas, possui uma identidade própria. “Cultura é assim percebida como espacialmente específica: grupos diferentes ocupariam espaços distintos e representariam ‘culturas’ particulares e únicas’. (FERRARI, 2015, p. 49)

As transformações globais têm impulsionado indígenas e não indígenas, para possibilidades de diálogos, trocas de experiências, pois, as práticas cotidianas passam continuamente por um processo civilizatório. A concepção de mundo de

cada um, permitirá a aproximação ou a distância uns dos outros, em razão da aceitação ou não das diferenças.

Os desafios para o diálogo em um mundo multicultural dependem, em grande medida, do que chamamos de competências interculturais, definidas como o conjunto de capacidades necessárias para um relacionamento adequado com aquilo que consideramos diferentes de nós. Essas capacidades são de natureza fundamentalmente comunicativa, mas também compreendem a reconfiguração de pontos de vista de visões do mundo. (FERRARI, 2015, p. 59)

As culturas dos povos indígenas e suas perspectivas para o presente e para o futuro, vêm ganhando mais espaço no cenário nacional pela discussão em eventos científicos e nas mais variadas formas de comunicação. A utilização dos recursos tecnológicos da contemporaneidade, estão permitindo uma maior inter-relação entre as culturas. O que se conheceu de forma enganosa nos livros de história, a cerca dos povos indígenas, hoje está sendo desmistificado pelos próprios indígenas e estudiosos da temática.

Ampliando este diálogo sobre a cultura, Ferrari (2015, p. 49), explica que:

Do ponto de vista mais tradicional da antropologia, cultura refere-se a sistemas de significados compartilhados e por meio dos quais os diferentes grupos sociais compreendem e estruturam suas vidas individuais e coletivas e o mundo material que os rodeia. Assim, a cultura seria característica de grupos definidos em termos de sua especificidade e associada a uma sociedade e a um território. [...]. (FERRARI, 2015, p. 49)

A cultura de um povo pode ainda, se diferenciar quando estes, vivem em diferentes localidades. Com os indígenas Mura de Autazes, segue-se este mesmo delineamento, pois, grupos do mesmo povo habitam outros municípios no estado do Amazonas, como: Alvarães, Anori, Beruri, Borba, Careiro da Várzea, Novo Aripuanã, Itacoatiara, Manaquiri, Manicoré e Uarini, entre os cursos dos rios Madeira e Purus⁸.

Ao realizar pesquisa com o povo, não os denominamos apenas de Mura, mas sempre identificá-los pelo município, pois vivem em aldeias diferentes, com

8 Para saber mais, acessar: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mura>

crenças e costumes próprios. A cultura de um povo não pode ser interpretada como única, haja vista, que pelo processo migratório, em razão dos confrontos da época da colonização, muitos povos entraram em fuga e se espalharam para que não fossem totalmente dizimados. “A cultura opera para constituir os sujeitos em um sistema de representações compartilhadas e, [...] o correto seria falar de ‘culturas’ e não de ‘cultura’, uma vez que existem diferentes culturas”. (HALL, 2011; 2003 & SHIV GANESH, 2015 apud FERRARI, 2015, p. 50)

As tecituras do conceito de cultura pelas reflexões da comunicação até aqui apresentados, contribui para que, se estabeleça uma conexão com as perspectivas da interculturalidade, como resultado do diálogo entre os diferentes sujeitos. E para que se compreenda como esta se dá, o campo da comunicação explica que:

A interculturalidade necessita de algumas condições para que exista. Primeiro: privilegiar o diálogo e para isso é vital estabelecer a inter-relação; [...] no processo de contato com culturas diferentes, os sistemas de crença e valores está sujeito à fricções. Segundo: eliminar os estereótipos tão comuns no contato cultural e, ao eliminá-los, promover uma mudança de mentalidade. Terceiro: iniciar a negociação intercultural, para o que é preciso que os diferentes sujeitos aceitem o diálogo em posição de igualdade. E finalmente: reconhecer que os valores de nossa sociedade não são únicos e nem são os melhores; aceitar que as demais culturas têm seu valor próprio, é reconhecer que o mundo é feito *de e para* as diferenças. (FERRARI, 2015, p. 62)

A perspectiva da interculturalidade abordada neste trabalho se reporta às perspectivas da educação escolar indígena Mura em estudo. São próximas as impressões de Maria Aparecida Ferrari, especialmente quando afirma da necessidade do diálogo em posição de igualdade. Essa igualdade, simplesmente é entender que ambos possuem saberes e conhecimentos, e estes precisam ser utilizados a favor do enriquecimento cultural de indígenas e não indígenas.

A escola é desejada pelos povos indígenas com a projeção de que por meio desta, poderão repassar os saberes dos mais antigos, da trajetória histórica do povo desde a época do contato às novas gerações, e prepará-los para a resolução das problemáticas que os povos enfrentam, principalmente no contato com o não indígena, nas articulações políticas e econômicas. A habilidade para as articulações com as instituições públicas e privadas, o domínio dos recursos tecnológicos, tem

sido verdadeiros aliados para garantir o acesso às políticas públicas, em especial a educação escolar.

De acordo com Gersem Luciano (2013, p. 38), o desejo pela escola possui importantes motivações: “Em primeiro lugar, reflete o processo de interação com o mundo envolvente, e a tendência de incorporar certos ideais da vida moderna [...]”. A maioria dos povos indígenas, inclusive em áreas distantes das sedes dos municípios, estão em contato com vários tipos de tecnologias, como por exemplo, o motor de popa, a TV com antena parabólica, geradores de energia elétrica, eletrodomésticos, aparelhos de telefonia e as redes sociais. “Em segundo lugar, provém do próprio processo de escolarização, cada vez mais amplo nos últimos anos. [...]”.

A escola almejada não é exatamente a do modelo dos não indígenas, e sim a escola que vai agregar aos conhecimentos tradicionais dos povos, os conhecimentos sistemáticos, específicos às áreas da ciência de dominação eurocêntrica. A didática de trabalho curricular é que conservará os aspectos culturais de cada povo, diante às práticas pedagógicas próprias dos professores indígenas que confirmarão a escola indígena, específica, diferenciada, intercultural e de qualidade.

Os professores indígenas buscam trabalhar os conteúdos dos currículos de suas escolas, amparados pela legislação educacional nacional. Ainda que metodologias do ensino escolar não indígena adentre sua sala de aula, estes vêm desenvolvendo aos poucos novas práticas pedagógicas.

“[...] Penso que a Educação Escolar Indígena está inserida na pedagogia Renovada e Progressista, mas estamos lutando para usar nossas próprias maneiras. Hoje, a educação Mura está dando passos curtos, mas são passos importantes para um povo que renasceu e ainda está prematuro mas, que logo dará frutos (bons) para um povo que luta, confia e espera. Penso que somos corajosos lutadores nos dias de hoje, mas amanhã poderemos ser vencedores”. (Professor Mura. História de Vida nº 35)

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e aprovação da I Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), permitiu uma reformulação do sistema educacional nacional. A diversidade dos povos indígenas ganha a partir de

então, o reconhecimento ao ensino diferenciado, valorizando o uso da língua materna e seus processos de ensino e aprendizagem com os moldes de suas culturas.

Luciano (2013, p. 120), indígena do povo Baniwa e antropólogo, explica que:

A interculturalidade, na verdade, é uma proposta ética e política complementar ao conceito de cidadania que pressupõe a vontade política de fortalecer as culturas, ou seja, de estabelecer um diálogo entre grupos inter-relacionados que se influenciam mutuamente em espaços territoriais em que pode haver um projeto conjunto em um determinado grupo pode colocar-se no lugar do outro, no intuito de entender sua visão de mundo e valores subjacentes. Prefiro, portanto, considerar a interculturalidade um encontro de civilizações.

A respeito da perspectiva da interculturalidade e a educação escolar indígena, que sua tarefa é:

[...] de promover o diálogo e a convivência intra e interétnicos, mas cujo objetivo final é conduzir as partes envolvidas a um nível de coexistência compartilhada. Nesses termos, a noção de intercultural deve ser entendida como uma possibilidade de diálogo e valorização do diferente, o que na educação serviria para melhorar a qualidade da convivência, que é muito mais do que a tolerância. (LUCIANO, 2013 p. 108)

Os professores indígenas Mura junto à sua organização, lutaram para mudar a realidade da educação escolar de seu povo. Para isso, estreitaram diálogos com as instituições de ensino para a viabilização de políticas públicas que os qualificassem para lecionarem nas escolas das aldeias. Essas buscas exigiram um pensamento flexível para ambas as partes, um equilíbrio para que se garantisse a formação continuada para os professores indígenas, e por outro lado, que a Universidade saudasse uma dívida com os povos indígenas, ofertando um curso específico para os indígenas do estado do Amazonas.

Os maiores entraves encontrados pelos povos indígenas estão quanto a falta de conhecimento e compreensão do não indígena acerca das políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Neste estudo, a educação escolar indígena específica e diferenciada para o povo Mura é mais do que uma conquista, é um projeto de vida.

De acordo com Candau (2008, p. 52): “a perspectiva intercultural está orientada à construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com as políticas de identidade”. Que nos espaços das aldeias e comunidades indígenas se estabeleça espaços de discussões para a compreensão de que todos pertencem ao mesmo projeto, promovendo uma interação social e cultural, reconhecendo-se no outro.

A escola quando entende que há uma pluralidade em seu espaço, reconhece que há sujeitos que podem não só beneficiar-se de seu papel, que é o ensino. Mas, especialmente de integrar as diferenças que cada um apresenta, que muitas vezes, são limitados pelos estereótipos definidos ali. No campo da educação escolar indígena, cabe às lideranças e a comunidade escolar, promover espaços que se discutam sobre os direitos de todos e quais benefícios a educação pode promover ao individual e ao coletivo.

Em se tratando da educação intercultural, no campo dos direitos humanos, temos desafios a enfrentar diante do desejo de se promover uma interculturalidade crítica e emancipatória: “que respeite e promova os direitos humanos e articule questões relativas à igualdade e a diferença”. (CANDAU, 2008)

No contexto da realidade do campo da educação escolar intercultural, Candau (2008, p. 53a) expõe que há desafios considerados fundamentais:

[...] Necessidade de desconstrução. Para a promoção de uma educação intercultural é necessário penetrar no universo de preconceitos e discriminações.” “[...]. Promover processos de desnaturalização e explicitação da rede de estereótipos e preconceitos que povoam nossos imaginários individuais e sociais. [...]. Questionar o caráter monocultural e o etnocentrismo [...], é desestabilizar a pretensa ‘universalidade’ dos conhecimentos, valores e práticas que configuram as ações educativas.

Desconstruir pensamentos que desvalorizem o outro, em razão de suas diferenças seja pela cor da pele, da aparência, do jeito simples de se comunicar, da pouca escolaridade, e principalmente por pertencer a outra cultura. Apresentar à sociedade a necessidade de uma nova postura diante das redes socioculturais existentes, permitindo espaços de discussões para inter-relacionar os

conhecimentos, permitindo diferentes abordagens, entre pessoas de culturas diferentes.

[...] articulação entre igualdade e diferença no nível das políticas educativas, assim como das práticas pedagógicas. [...] o reconhecimento e a valorização das diferenças culturais, dos diversos saberes [...]. [...] rompendo, dessa forma, com o caráter monocultural da cultura escolar.

[...] resgate dos processos de construção das identidades culturais, tanto no nível pessoal como coletivo. [...] nessa perspectiva são as histórias de vida e da construção de diferentes comunidades socioculturais. [...].

A escola indígena Mura de Autazes é o principal espaço responsável pelo processo de revitalização da identidade do povo. O reconhecimento de “si” como indígena está em processo de construção quanto sociedade. A formação escolar inicial e continuada, pensada pelos próprios professores Mura junto à SEDUC e a Universidade Federal do Amazonas, apresentaram as perspectivas da educação intercultural, da troca de conhecimentos da cultura de outros povos indígenas, assim como com não indígenas.

[...] promover experiências de interação sistemática com os “outros”: para sermos capazes de relativizar nossa própria maneira de situar-nos diante do mundo e atribuir-lhe sentido, [...]. [...] No que diz respeito à escola, afeta a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do/a professor/a, a relação com a comunidade etc.

O desafio de desconstruir a uniformização dos conteúdos curriculares isolados por áreas de conhecimento, e interpretados como privilégio de pessoas que são membros de uma área de estudo específica, com conceitos eurocêntricos, prontos e imutáveis. Apresentadas possibilitam uma visão panorâmica de como a educação intercultural pode contribuir para uma mudança de postura, de reconhecimento e empoderamento dos ‘saberes laico, popular, indígena, urbano marginal’ e outros grupos socioculturais. Uma liberdade para culminar os diversos saberes com os conhecimentos científicos sem empoderar um mais que o outro.

Gersem Luciano (2013, p. 55) apresenta o que ele chamou de terceira tendência, para o conceito e objetivo de escola idealizada pelos povos indígenas: “[...] a escola indígena deve valorizar e trabalhar, ao mesmo tempo, os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e os conhecimentos científicos e técnicos do mundo moderno”. E afirma que a tendência embora seja favorável aos povos, a considera quase que impraticável em razão do modelo estrutural educacional implantado, submisso à organização do tempo escolar e a centralização da responsabilidade repassada ao professor.

Após esses delineamentos expostos reconhecemos que os professores e as lideranças Mura do município de Autazes estão conscientes que a “diversidade de modelos culturais” precisam ser trabalhados na escola, oportunizando momentos de reflexão para a comunidade escolar. Essa postura exigirá aos professores e gestores indígenas, o domínio de técnicas tradicionais e o conhecimento das realidades culturais, para elaborar novas práticas pedagógicas para a transmissão da diversidade, fazendo com que a comunidade se identifique nesse meio.

A escola ganha outros significados para a comunidade quando mostra-se atenta aos acontecimentos políticos, econômicos e socioculturais que influenciam direta e indiretamente os interesses individuais e coletivos de todos. Situar e encaminhar as novas gerações para uma verdadeira consciência dos projetos engendrados pelos representantes democraticamente escolhidos. Onde estão inseridos, e se de fato são enxergados como cidadãos participantes de uma economia efetiva na sociedade em transformação.

A aldeia Mura São Félix possui uma relação muito próxima com o não indígena, em razão de sua localização ser próxima ao porto que dá acesso à sede do município. Após um curto ramal, em poucos minutos se chega a “boca da estrada”. Lugar onde se concentram bares, restaurantes, vans, táxi, ônibus, balsas e lanchas a jato que fazem o transporte para Autazes e Careiro para os que vêm de Manaus.

As apresentações dos meios de transporte aqui não são apenas a título de localização, mas para elaborar a ideia de que a comunidade possui relações econômicas, políticas e sociais muito próximas aos não indígenas. As possibilidades

para esses Mura, se diferem em se tratando da acessibilidade às informações e até mesmo com a realização de trabalhos comerciais diversos dentro e fora da aldeia.

A Escola Municipal Indígena D. Jacobina é um espaço de referência na comunidade, assim como a sede, local onde se realizam os festivais culturais e outros eventos sociais. Diante das características apresentadas, o grupo de professores e a comunidade, possuem o desafio de ensinar os conteúdos curriculares às crianças e jovens, que estão próximas à cultura do não indígena, que de alguma forma levam outros significados para dentro da aldeia.

A escola passa a ter um papel desafiador para que as crianças e jovens sintam-se pertencentes ao povo Mura, que atravessou a história sob o julgo discriminatório do colonizador e da atual sociedade. Os debates a enfrentar são importantes para informar o povo das motivações políticas que estão inseridos, sendo participantes diretos ou não do que os atingem.

1.2. Formação inicial e formação continuada de professores indígenas

O despertar para os conhecimentos ocidentais a serem aprendidos na escola, representa para os Mura de Autazes-AM uma conquista, mas também é um desafio ao receber os conceitos das diversas áreas do conhecimento científico, antes concernente ao não indígena. O reconhecimento de um jeito próprio de educar, apresentou ao povo um desafio no campo das relações sociais diante da aproximação da ciência dos países hegemônicos, inseridos ao currículo das escolas indígenas.

O processo de formação por qual passaram os professores Mura no ensino básico, fora das aldeias, os obrigou a duras experiências de convivência com o modelo escolar ocidental, diferente aos costumes de seu povo, obedecendo ao modelo de escola do não-indígena, o que os levou a negar sua identidade para não serem mais perseguidos, discriminados e marginalizados por aqueles que não respeitaram suas diferenças, conforme o seguinte fragmento coletado na Pesquisa de Iniciação Científica – PIBIC/UFAM/FAPEAM, (AMAZÔNIDA, 2010, p. 99).

“Os próprios professores tinham preconceito, eles diziam que, não era bom alunos índios estudarem numa escola de qualidade como aquela”. (Professor Mura)

“O que mais me magoou, foi quanto a ser Mura, fui de primeiro discriminado por isso, tudo o que era de defeito, que era errado que não estava no modo deles era eu que era o responsável.” (Professor Mura)

Diante desse quadro, para que se possa aproximar o que representa ser Mura atualmente, nos dedicaremos a mergulhar em escritos que buscam explicar o processo escolar em construção pelo povo, como caminho a ser percorrido para o reencontro dos saberes tradicionais dos antigos.

Ao vislumbrar a política para a educação escolar Mura, a escola passou a ser interpretada pelo povo como uma espécie de guardião dos saberes para as futuras gerações. Quando a OPIM foi criada para atuar junto às lideranças, a fim de promover diálogos nas Secretarias de Educação Municipal e junto à Universidade Federal do Amazonas para “implantar em seu território uma escola verdadeiramente sua”. (LINHARES, 2011, p. 127).

A necessidade de formação e qualificação de seus professores foi percebida como fundamento das perspectivas de educação, com cursos de formação inicial que preparassem pessoas das aldeias, com atitudes de liderança, que atuariam como professores exclusivamente em suas escolas, atendendo as crianças do Ensino Fundamental.

Os Mura ensinaram cursos de formação que atendessem suas expectativas para um trabalho pedagógico com o objetivo da revitalização da cultura de seus ancestrais, trazendo à tona o conhecimento de sua história, devolvendo às novas gerações os saberes dos antigos que afirmaram estar se perdendo. Articular com os conteúdos ensinados nas escolas dos não indígena para fortalecer o reconhecimento da escola Mura como meio de produção do conhecimento. Assim, pode-se afirmar que: “[...] a comunidade possui sua sabedoria para ser comunicada, transmitida e distribuída por seus membros; são valores e mecanismos da educação tradicional dos povos indígenas”. (REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS, 1998, p. 23)

A Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM) buscaram com as secretarias de educação municipal e estadual o curso de formação inicial que atendessem a demanda da educação das crianças do povo, haja vista, que o Estado desde 1991, ofertava aos povos indígenas um programa específico - “Projeto Pirayawara – Programa de Formação de Professores Indígenas no Estado do Amazonas”, pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM), com o objetivo de:

[...] assegurar condições de acesso e permanência na escola à população escolarizável para o ensino fundamental, nas áreas indígenas, garantindo uma educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngue e de qualidade que responda aos anseios desses povos”. (PROJETO PIRAYAWARA, 1998, p. 11)

O modelo de escola que o grupo de professores e as lideranças vinham articulando nas organizações dos povos indígenas da Amazônia, precisava ser protagonizado pelos próprios Mura, na construção de sua política de educação escolar. No dia 28 de julho de 1999, na aldeia São Félix (em Autazes) deu-se início ao Curso Formação de Professores Indígenas Mura com 53 professores matriculados e 10 professores de origem do município de Manicoré. Mostrando a autonomia de sua organização, nominaram o curso de Mura-Peara, em razão da palavra *peará*⁹, usada para incentivar sua liderança expressando a frase: “Vai na frente, porque tu és Peara!”.

As relações que permeariam no decorrer do curso entre indígenas e não indígenas, entre cursistas indígenas e professores formadores não indígenas, exigiria uma nova postura de se relacionar com as diferenças. Diante do conhecimento tradicional dos professores indígenas, quanto ao conhecimento das diversas áreas da ciência de responsabilidades dos formadores da SEDUC e posteriormente, com os formadores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Autazes (SEMEC).

9 Espécie de porco da região amazônica – os caititus, nome científico (*Tayassu tajacu*). Andam em bandos, organizadamente, seguindo sempre o Peara, seu líder. Este é o alvo dos caçadores, pois, sem seu líder, os outros ficam desgovernados. No entanto, logo escolhem um novo líder para continuar a caminhada. (SILVA, 2006)

A interculturalidade mencionada no objetivo do Projeto Pirayawara é a postura desejada para que ambos os conhecimentos e relações viabilizassem as expectativas para a construção da educação escolar Mura específica e diferenciada. Para que os professores formados pelo programa estivessem prontos para dar prosseguimento à escolarização das crianças Mura, estabelecendo relações entre as atividades tradicionais da aldeia, com a cultura de outros povos indígenas e com os conhecimentos universais da escola do não indígena, sem desvalorizar um e outro.

O fragmento a seguir, revela a contribuição da formação inicial no direcionamento para a estruturação do currículo das escolas Mura.

Cheguei na aldeia do Murutinga no ano de 2000 com uma nova ideologia na Educação Específica e Diferenciada, a princípio fizemos junto com os professores, Tuxauas, AIS o calendário escolar, planejamento coletivo, mudamos a forma de avaliação, que era a somativa e deixamos toda a metodologia exigida pela SEMEC. Vale apenas ressaltar que não foi fácil, pois tinha muitos parentes Mura que eram um empecilho nessa luta, éramos criticados em todas as reuniões de pais e mestres, mas porém, isto foi diminuindo, eles foram entendendo a nova metodologia e fomos obtendo então sucesso até hoje. (Professor Aldimar; História de vida nº 04)

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCENEI) é um documento de função formativa, de orientações que podem ser aplicadas no contexto escolar de acordo com a especificidade de cada escola. O Referencial destaca que: “os princípios da pluralidade cultural e a equidade entre todos os brasileiros”, devem ser respeitados. Ao sugerir que se desenvolva projetos e currículos escolares, recomenda-se observar, se estes atendem aos anseios dos povos indígenas (RCENEI, 1998, p. 6).

Ao atentarmos para os princípios da pluralidade cultural, aos valores éticos e morais dos saberes dos diferentes povos indígenas, e da diversidade cultural dos não indígenas, a educação intercultural de acordo com o RCENEI (p. 24), possui o desafio de:

[...] reconhecer e manter a diversidade cultural e lingüística; promover uma situação de comunicação entre experiências socioculturais, lingüísticas e

históricas diferentes, não considerando uma cultura superior à outra; estimular o entendimento e o respeito entre seres humanos de identidades étnicas diferentes, ainda que se reconheça que tais relações vêm ocorrendo historicamente em contextos de desigualdade social e política”.

O referido documento apresenta características da escola indígena como “intercultural, comunitária, específica e diferenciada”, onde deve acontecer a articulação dos saberes tradicionais do povo com os conhecimentos das diversas culturas, apresentando, por meio destas, os saberes e valores indígenas para a comunidade nacional.

O reconhecimento da cidadania dos povos indígenas e seus direitos específicos, como por exemplo, os direitos coletivos ao seu território em que vivem e os recursos naturais encontrados nestes. Ao decidir sobre futuro de seu povo, de suas instituições político e sociais, incluindo nestes, a escola específica e diferenciada.

A formação continuada dos professores foi realizada no âmbito do curso Formação de Professores Indígenas Mura da Universidade Federal do Amazonas, pela reivindicação da OPIM e pesquisas realizadas sobre a educação escolar por um grupo de professores da Linha 3 – Formação e Práxis do Educador (a) Frente aos Desafios Amazônicos, grupo de pesquisa “Formação do(a) Educador (a) no Contexto Amazônico”, do curso de pós-graduação da Faculdade de Educação.

Nesse contexto acadêmico e idas para escolas indígenas Mura, foram levantados dados significativos que apontaram a necessidade do povo de ofertar às crianças e jovens Mura a continuidade dos estudos, a fim de que não precisassem sair da aldeia para estudar na cidade, o que caracteriza-o como:

Esse curso é específico e diferenciado porque procura atender às necessidades e aos interesses do povo Mura, da região de Autazes-AM e articula a formação de seus professores ao Projeto Político-Pedagógico de suas escolas, discutindo em especial, a implantação de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio nas aldeias. (LINHARES, 2011, p. 164)

A postura para uma educação intercultural para as escolas indígenas Mura foi consolidada, a partir da elaboração do curso com a escolha das disciplinas do

currículo, como “instrumento de resistência e construção de novas relações com a sociedade envolvente” para que a escola indígena Mura se configurasse com um quadro de professores com formação em nível superior que garantisse a qualidade do ensino. (LINHARES, 2011, p. 161)

O grupo de professores e suas lideranças estavam dispostos a conquistar a busca do fortalecimento de uma política educacional para seu povo, articulando sua participação em todas as decisões em relação a autonomia para protagonizar os processos educacionais que estariam inseridos, seja como graduandos, professores, assessores ou gestores nas esferas municipais, estaduais, federais ou ainda liderando as organizações indígenas.

[...] o princípio assumido como fundamento, durante a elaboração do curso – de seleção e escolha conjunta (universidade e organização indígena) das disciplinas e dos conteúdos que compõem o currículo do curso, visava assegurar inter-relações entre a licenciatura para formar professores Mura e os projetos de escola desse povo. [...]. (LINHARES 2011, p. 164)

Ao se debruçar na leitura do projeto político pedagógico da licenciatura – Formação de Professores Indígenas (FPI), destacamos que o objetivo do curso é formar professores indígenas para atuar no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. Para suprir as diversas áreas do conhecimento que compõe o currículo das escolas indígenas, o curso habilita no último ano, de acordo com a opção do graduando em três grandes áreas: “Ciências Humanas e Sociais; Ciências Exatas e Biológicas; Letras e Artes”. (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO - FPI, 2012, p. 13)

Para que o curso FPI atenda as expectativas dos povos indígenas¹⁰, que desejarem habilitação na educação superior, o curso possui três princípios fundamentais, a saber: 1) a perspectiva da interculturalidade – ao favorecer o “diálogo entre as diferentes histórias e os diferentes saberes”; 2) a perspectiva da interdisciplinaridade – a “inter-relação entre as diferentes áreas do conhecimento que estão presentes no Curso” e 3) a “seleção/escolha conjunta, (UFAM e as

10 Os professores indígenas Mura de Autazes foram os primeiros graduandos da licenciatura. Os professores dos povos Sateré-Mawé e Mundurucu, foram os seguintes a compor turmas, com a turma Mura ainda em andamento, concluindo o curso no ano de 2013.

organizações indígenas) das disciplinas e conteúdos que vão compor o currículo do curso. (PPP/FPI/UFAM, 2012, p. 14)

O PPP do Curso Formação de Professores Indígenas, apresenta no Item 4. Organização Curricular, os módulos disciplinares por uma estrutura de regime modular das Etapas I, II e III com um total de 15 módulos, num período de 5 anos. A “I Etapa” - a formação geral, com dois anos de duração. Momento que as três grandes áreas formam uma única turma. A “II Etapa” – a formação específica, com duração de dois anos, quando se estuda os conteúdos específicos da grande área escolhida pelo graduando. E por última, a “III Etapa” – de integração das áreas, momento de discussão dos resultados das pesquisas, dos estágios, a elaboração e reelaboração do PPP das escolas que atuam, os TCC’s e outras atividades ou situações que se julgar relevantes.

A tabela a seguir, mostra disciplinas da Matriz Curricular (2012)¹¹, a partir de uma política de participação¹² dos professores indígenas e o grupo de professores da FACED/PPGE/UFAM.

Tabela 1 - Disciplinas e Ementário

Ano	Disciplina	Ementa	Carga horária
2º Ano	Fundamentos da Educação II	Diferentes abordagens – filosófica, sociológica, histórica, psicológica e antropológica – para pensar a educação e sua relação com a sociedade em geral e, especificamente, com os povos indígenas.	60 h/a **(FG)
1º Ano	<i>Organização do Trabalho Escolar I</i>	<i>O(A) professor(a) indígena: identidade, formação e prática. As concepções didático-pedagógicas e os elementos que constituem o processo ensino-aprendizagem. Escola e sala de aula.</i>	60 h/a (FG)

11 O Projeto político-pedagógico do Curso Formação de Professores Indígenas (FACED/UFAM) está em processo de discussão para adequá-lo às novas perspectivas em razão da ampliação ao atendimento de turmas por Territórios Etnoeducacionais. Estando vigente, o PPP (2012).

12 [...] indica uma presença ativa de todos os interessados no processo de tomada de decisões, na execução e avaliação de todas as atividades relacionadas com a definição dos objetivos, a organização e o funcionamento do sistema educativo, em seus diferentes níveis. (Linhares; Garcia; Corrêa, 2011, p. 146)

3º Ano	Práticas Corporais	Problematização da historicidade dos povos indígenas através de suas práticas corporais cotidianas do andar, correr, saltar, transportar, lançar, nadar, mergulhar, caçar e outras com características lúdicas, possibilitando a continuidade de suas expressões culturais através da valorização de seus rituais, da transmissão de valores e costumes para as novas gerações.	60 h/a (FG)
1º Ano	Antropologia I	Diversidade Sociocultural e os estudos antropológicos conceitos, teorias e métodos criados no encontro com o <i>Outro</i> . O trabalho de campo como encontro etnográfico entre saberes diversos. <i>Ver, ouvir e escrever</i> como ofício do antropólogo: de observador-participante a participante-observador, de informante a interlocutor (<i>ouvir</i>) e a textualização do diálogo e a fusão de horizontes (<i>escrever</i>).	60 h/a (FG)
1º Ano	História Geral dos índios no Brasil	Historiografia indígena do Brasil pré-colonial; Da conquista colonial às novas estratégias de dominação no Império brasileiro; a trajetória das populações indígenas no Brasil contemporâneo.	60 h/a (HS)
5º Ano	Oficinas I, II, III	Sistematização final e elaboração de Relatórios e produções diversas ligadas às pesquisas nas Grandes Áreas (HS), (LA) e (EB). Apresentação dos resultados da pesquisa.	60 h/a (FIA) (para cada oficina)
5º Ano	Oficina IV Oficina V	Repensando o Projeto Político-Pedagógico das Escolas Indígenas (6º ao 9º do Ens. Fund.); Ensino Médio.	60 h/a (para cada oficina)
5º Ano	Seminário Temático e Planejamento Pedagógico I, II e III	I – Movimentos, Lutas e Direitos Indígenas. II – Arqueologia, Patrimônio Indígena e Educação Ambiental. III – Saúde e Qualidade de Vida.	60 h/a (FIA) (para cada Seminário)
3º, 4º e 5º Anos	Estágio I, II e III	I – Relação teoria e prática; o cotidiano do professor/da escola Mura como campo de Estágio. II – Elaboração, desenvolvimento e socialização de projetos e relatórios escolares (áreas específicas de formação). III – Desenvolvimento e avaliação das ações. Socialização dos resultados e produtos.	I – 120 h (FG) II – 135 h (HS, LA, EB) III – 150 h (FIA)

*Fonte: Projeto Político-pedagógico do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas.

(FG) Formação Geral (HS) Humanas e Sociais (FIA) Formação para Integração das Áreas

As turmas Mura, Sateré-Mawé e Munduruku estudaram as disciplinas do currículo aqui apresentado, com a participação das lideranças e um grupo de professores Mura em vários encontros na própria universidade para explicar qual(is) contribuição(ões) norteariam as ementas das disciplinas. Os conteúdos e as atividades de fórum, feiras, visitas, palestras também receberam as contribuições dos próprios povos.

De acordo com Santos (2018), as primeiras turmas “foram as únicas organizadas por povo”, ou seja, se trataram de turmas que buscaram junto à universidade a licenciatura para atender especificamente uma etnia indígena. As demais, são atendidas de acordo com a política dos Territórios Etnoeducacionais, “são turmas multipovos, intermunicipais e interestaduais”. A perspectiva intercultural passa a ganhar um novo olhar ao compor às turmas por uma diversidade de professores indígenas. Esta se configurava na troca de conhecimentos entre os alunos e os professores formadores da universidade, agora ampliando para a troca de saberes entre os diferentes professores indígenas e os professores da UFAM.

A turma Mura teve início no mês de março de 2008, no prédio da SEMEC, numa sala de aula ampla, que comportou os 59 cursistas matriculados. As aulas se deram por módulo, sempre acompanhando o calendário das escolas Mura para que não se comprometesse as aulas nas aldeias e não gerassem perdas na carga horária das escolas.

Outro dado relevante a ser divulgado neste trabalho, é a perspectiva interdisciplinar do curso. Para que se contemplasse disciplinas específicas como Antropologia, Língua Portuguesa, Física, Química e Biologia, a coordenação convida professores de outros cursos da UFAM que aceitem o desafio de ministrar aulas para indígenas, fora do campus Manaus.

A interculturalidade também está presente nessas relações entre professores indígenas cursistas e professores formadores, mestres e doutores do quadro da própria universidade. E ainda por convidados externos, professores e outros profissionais de universidades e órgãos com sedes em diferentes estados, trocando histórias e experiências a cerca da cultura indígena e não-indígena. Os

fragmentos abaixo, comprovam a importância das trocas de conhecimento na relação entre professores formadores e a turma Mura.

“Neste curso já tivemos várias disciplinas com várias (os) docentes. Todos muitos competentes em suas disciplinas e já estão contribuindo para nossas escolas enriquecerem as nossas sabedorias”. (Professor Mura, História de Vida nº 14)

“Não é hora de pensar negativo, é hora de pensar positivo, pois as coisas estão batendo de frente com a realidade. As disciplinas estão ajudando a compreender a realidade do aluno. Já que isso é a melhor forma de buscar, ou seja, obter novos conhecimentos. Os professores são exemplos de profissionais para com a turma. Não me resta dúvida, estou aqui para conquistar meu objetivo”. (Professora Mura, História de vida nº 53)

Ao confirmar a existência da interculturalidade no curso FPI, Santos (2018, p. 77), afirma que as disciplinas Seminário Temático e Planejamento Pedagógico I, II e III, abrigaram os temas transversais, “Movimentos e Lutas Indígenas, Direitos Indígenas; Meio Ambiente e Sustentabilidade, Bio-sociodiversidade, Arqueologia e Patrimônio Indígena; Saúde e Qualidade de vida” escolhidos pelos professores Mura nos Fóruns organizados nas aldeias. Os Seminários aconteceram no 5º ano do curso de Licenciatura.

As experiências que trazem artigos científicos ou trabalhos acadêmicos como este, retratam histórias de resistências dos povos indígenas formando ou ampliando suas organizações. Quando tudo que se pretendia conquistar era a favor do coletivo, elegendo lideranças em espaços políticos para assegurar a representatividade indígena, e com mais oportunidades ao direito da fala e do discurso, seria possível concretizar suas lutas, como a da escola específica e diferenciada.

1.3. Prática pedagógica dos professores Mura: primeiras aproximações do cotidiano escolar

A escola indígena assemelha-se à escola do não indígena quando encontramos as mesmas problemáticas em seu cotidiano. Seja no desenvolvimento

do trabalho administrativo, com a escassez de recursos humanos qualificados, seja pela falta de material pedagógico que geram impactos na aprendizagem dos alunos.

A Escola Municipal Indígena Manoel Miranda, local escolhido para a coleta de dados, por meio da observação participante, realizada nas perspectivas da pesquisa de PIBIC/UFAM/FAPEAM anteriormente citada. Os dados coletados são apresentados como primeiras discussões neste trabalho para que se evidencie algumas características de como era a educação escolar Mura há dez anos atrás.

A referida pesquisa teve início em dezembro de 2008 e concluída em novembro de 2010, com os resultados apresentados no Relatório Final de Bolsista à instituição fomentadora. Na ocasião, os professores Mura eram alunos do Curso de Licenciatura Específica para Professores Indígenas Mura. Atualmente, com seus professores formados e licenciados, deram continuidade à política de ampliação das escolas ofertando ao seu povo o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio.

Os professores Mura são bastante otimistas quanto à tendência pedagógica Crítico-social dos Conteúdos em razão da possibilidade de formar alunos críticos, capazes de ampliar os saberes de seu povo agregando a estes os conhecimentos científicos, valorizando assim, sua cultura, como explica José Carlos Libâneo (1994, p.70):

A Pedagogia Crítico-Social toma o partido dos interesses majoritários da sociedade, atribuindo à instrução e ao ensino o papel de proporcionar aos alunos o domínio de conteúdos científicos, os métodos de estudo e habilidades e hábitos de raciocínio científico, de modo a irem formando a consciência crítica face às realidades sociais e capacitando-se a assumir no conjunto das lutas sociais a sua condição de agentes ativos de transformação da sociedade e de si próprios.

A evidência da preocupação do resgate de sua cultura, também foi notado ao apontar que se utilizam dos aspectos físicos e geográficos da aldeia contextualizados em algumas aulas. Na ausência de recursos didáticos, naquele momento os professores utilizaram o desenho na lousa para contextualizar o conteúdo com as realidades da aldeia.

Os professores indígenas Mura a partir do estudo das tendências pedagógicas, em especial a Crítico-social dos Conteúdos, fez com que enxergassem

uma prática pedagógica que atenderia as perspectivas da escola. Em razão de um novo fazer pedagógico que favorecesse o aprendizado dos alunos, sem distanciar os conhecimentos e valores culturais do povo.

A observação buscou ainda conhecer quais as condições de trabalho, expectativas, valores e concepções que no dia a dia se configurava em dificuldades e facilidades para professores e alunos. As decisões tomadas pelas lideranças da aldeia, como a presença da pajé, dos professores e funcionários deixou claro, que essas pessoas participam do direcionamento da escola, relacionando-a ao cotidiano da aldeia.

Os três primeiros dias de observação na escola mostrou uma séria realidade em se tratando do ir e vir dos alunos Mura. Suas vidas ficavam restritas à aldeia, muitos não conheciam Autazes, não saíam do entorno da aldeia. Interpretamos essa realidade como uma medida de proteção, porque os diálogos tecidos em sala de aula demonstravam que os conhecimentos dos alunos restringiam-se a aldeia, não conversavam sobre a vizinhança no entorno da aldeia.

Também percebemos a presença de alunos não indígenas em algumas salas de aula, que pela distância de suas moradias optaram em estudar na escola da aldeia. Alguns pais ao serem interpelados pela equipe de pesquisa, relataram que a escola indígena oferece um ensino melhor do que a escola tradicional, a do “homem branco”.

Nessa trajetória de dificuldades é importante registrar que um número expressivo de alunos dependiam do transporte escolar fluvial. A secretaria de educação local e as lideranças Mura faziam o transporte quando o serviço não era oferecido. Muitos moravam do outro lado da aldeia, oposto à escola, em casas flutuantes ou nas comunidades próximas. É neste pequeno espaço que a solidariedade e humanidade envolve o dia a dia de cada um, na preocupação com o outro, como por exemplo: quem falta chegar? Ou no final da aula: quem falta entrar no barco?

As dificuldades estruturais apontaram que as salas de aula não possuíam mesa para o professor, e as lousas apresentavam várias rachaduras. O número de cadeiras escolares para os alunos eram insuficientes, pois várias crianças dividiam a

mesma com o colega, e algumas sentavam no assoalho da sala de aula. Salas muito quentes, com uma ou duas janelas e a porta sempre aberta com a intenção de minimizar o calor.

O material pedagógico do professor era composto pelos mesmos livros didáticos usados nas escolas não indígenas, enviados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Autazes. Os professores criativos, buscavam complementar o material com revistas e jornais, usados para preparar atividades de recortes e colagens e os recursos naturais encontrados na aldeia como: as sementes (contagem nas aulas de matemática), as folhas das plantas (formas geométricas, texturas), seus nomes (aulas de língua portuguesa), as receitas caseiras de plantas medicinais (trabalhando o gênero textual).

As construções da aldeia, como as casas (tipos de moradias, a localização na aldeia), utilizando o formato para trabalhar a geometria, o rio para trabalhar conceitos diversos da ciência, os tipos de peixes, os tipos de animais (os selvagens e os domésticos) e outros que instigavam a participação das crianças, contando experiências ou explicando os usos do que era apresentado ou desenhado na lousa pelo professor.

Conforme as diretrizes educacionais do município, os professores controlavam a divisão dos tempos de aula por disciplinas. E é nesse momento que cada um aplica suas aulas de acordo com seu planejamento diário, alguns conseguindo contextualizar com os hábitos, costumes e os acontecimentos da comunidade, outros não. Encontramos registros de alguns professores no “caderno borrador” (caderno de planejamento das aulas) sobre os temas que estavam trabalhando na semana, relacionados ao meio ambiente, como por exemplo: a natureza da aldeia, o lixo, a reciclagem, o artesanato e outros.

Conforme explica Libâneo (1994, p. 222): “O Planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. A maioria estava no processo de formação da licenciatura (graduação), e já buscavam ministrar suas aulas conforme o aprendizado adquirido com os estudos das tendências pedagógicas.

Os Mura para a construção do modelo escolar que almejam, apostam num currículo que seja capaz de identificar por meio da pesquisa as necessidades de seu povo. Nesse sentido, o conteúdo de ensino não se limitará às áreas do conhecimento científico, mas como um todo integrado, observando sua cultura, tornando-se crítico e reconhecendo seus direitos e deveres como cidadão brasileiro.

1.4. Prática pedagógica: aproximações do cotidiano escolar de outros povos

Assim como os Mura de Autazes, os Waiãpi do estado de Macapá também buscam desde 1994 uma educação escolar específica e diferenciada, por meio de projetos de autossustentação, voltados para atividades econômicas. Podemos destacar a experiência da Matemática Karai-ko¹³, um projeto elaborado pelo povo e a organização não-governamental Centro de Trabalho Indígena (CTI).

Para o povo Waiãpi o uso da matemática é importante para melhor entender as atividades comerciais com os karai-ko. Compreender as negociações, como quantificar as informações, contabilizar as compras feitas na capital, saber articular os encontros com autoridades para reivindicar seus direitos, elaborar projetos, saber fazer o controle de vendas de seus artesanatos e suas produções agrícolas, gerenciar os recursos da associação, dar suporte aos Waiãpi que são servidores públicos quanto aos seus salários e tudo que envolva a garantia de seus direitos.

Silvia Lopes da Silva Macedo Tinoco (2001, p. 237), destaca que o povo necessitou ter noções de “adição, subtração, divisão e porcentagem”. O ábaco, nesse contexto, é um instrumento que facilita o ensino do sistema decimal e das operações de soma e subtração”. O instrumento é utilizado para o estudo do sistema decimal, utilizando-se a base 10, seja a escola indígena ou não indígena, os Waiãpi usam a contagem de 1 a 5, e para quantidades maiores chamam de “muitos”.

O ábaco foi pensado como algo mais simples para explicar o sistema decimal com a linguagem do não indígena, como um Quadro Valor de Lugar, o “Q.V.L.”, para trabalhar o valor posicional, feito com cartolina e palitos de picolé de forma concreta. Vale ressaltar, que a base Waiãpi é 3. E para a sensibilização de

13 Termo usado para identificar o não-índio pelos Waiãpi.

que a matemática do não indígena não pode ser considerada como única e verdadeira, destacou-se que os Maias utilizavam a base 20 e os Xavantes utilizam a base 2. (TINOCO, 2001, p. 239)

Dominiqui Gallois no XXI Encontro Anual da ANPOCS – 1997, apresentou as diretrizes do ensino formal dos Waiãpi, e que outros conhecimentos apresentados em momentos de formação e informações complementares que recebam, não interferem na educação tradicional de suas crianças e jovens. A escola de ensino não-seriado prioriza o uso da língua portuguesa e matemática. Os conteúdos estão divididos em 5 etapas, oferecendo a alfabetização na língua materna, a introdução na língua portuguesa (como segunda língua).

A última etapa é uma preparação para o ensino formal, promovendo o aluno para a 3ª série do Ensino Fundamental. Ao atingir o período de transição, a escola Waiãpi não faz uso dos conteúdos do 4º ano (Ensino de nove anos) das escolas do não-índio. As propostas são adaptadas à realidade cultural e outras atividades que exijam conhecimentos e técnicas do não-indígena, estes vistos como instrumentos que visam garantir sua autonomia.

Outra experiência de educação vem do povo Tupiniquim, destacamos a participação das lideranças nas decisões da vida escolar da aldeia, e de seus professores ganharem espaços nas reuniões.

Na comunidade, na escola e a escola na comunidade, e em todos os momentos. Em várias coisas da comunidade nós procuramos envolver as próprias lideranças e eles também. [...] eles mesmos colocam a importância da gente estar sempre em contato com eles e estar trocando, de estar solicitando ajuda e eles estarem colaborando com esse trabalho, enquanto escola, para que o nosso trabalho seja de acordo com o que eles também pensam. (ANAIS DO 6º ELESÍ, 2007, p. 48)

Os povos conquistaram o reconhecimento da necessidade de uma escola própria e intercultural de qualidade, capaz de inter-relacionar seus saberes e tradições com os conhecimentos ensinados nas instituições reconhecidas como detentoras das ciências (LUCIANO, 2013, p. 44).

A exposição da professora Maria Inês de Freitas, do povo Kaingang¹⁴ contribui para a compreensão da educação tradicional do povo e a inserção da educação em comunidade com a educação escolar indígena. O início de sua fala é voltada especialmente para a criança Kaingang e o processo de aprendizagem.

Pensando na realidade do universo infantil, da aprendizagem das crianças, a gente tem que pensar na socialização. [...]. O contexto é que diverge de um lugar para o outro. [...]. Pensando assim, o processo aprendizagem no seu aspecto cultural, a gente sabe que lá no dia-a-dia as aprendizagens, o conto dos mitos, as tarefas, digamos assim, as crenças, a religiosidade de cada povo; as crianças desde pequenas se inserem nesse processo. (ANAIS DO 6º ELESÍ, 2007, p. 125)

Eu me recordo de quando eu era criança. A gente conhece desde criança as ervas que se usa, mas a gente aprende, é ensinado para a gente, aquelas de menor risco para as crianças; as de maior risco não é ensinado, e a criança tem isso muito tranquilo também que é o adulto que tem que fazer isso para ela, o banho das ervas. [...]. (ANAIS DO 6º ELESÍ, 2007, p.127)

Outro desafio e último é: como a escola pode estar aproximando a vida real das crianças como o cotidiano escolar? [...]. Quando a vida escolar e o cotidiano ficam muito distantes, fica polarizado, ou ela abre mão e opta por outro e aí tem prejuízo para a cultura. (ANAIS DO 6º ELESÍ, 2007, p. 129)

As experiências de educação escolar indígena expostas evidenciam uma metodologia específica para atender às necessidades sócias, políticas, econômicas e culturais. A importância das trocas entre professores e lideranças, para que a escola desses povos sejam reconhecidas em primeiro lugar, como uma multiplicadora de suas culturas.

14 Professora formada em Pedagogia. Funcionária da Funai, coordena o setor de educação da Administração Regional de Passo Fundo (RS).

1.5. Perspectivas atuais de educação escolar Mura da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina

A Escola Municipal Dr. Jacobina, localizada na aldeia São Félix, atende ao público do ensino fundamental I, II e ensino médio nos turnos matutino e vespertino. Também oferece a modalidade – Educação de Jovens e Adultos (EJA) noturno. A ampliação das modalidades de ensino, foram possíveis após seus professores serem licenciados pelo curso de graduação – Formação de Professores Indígenas/FACED/UFAM.

A escola teve sua origem no ano de 1936, num barracão de madeira como o mesmo nome da aldeia – São Felix. Em 1945 foi construído um posto de inspetoria do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com o nome de Posto Barbosa Rodrigues, que teria como responsável o senhor Dr. Jacobina. No mesmo prédio passou a funcionar uma sala de aula para atender os alunos de 1ª a 4ª séries (matutino/vespertino), transferindo a escola do barracão para o posto do SPI.

A escola ganhou mais espaço na aldeia em 1998, anos após o posto do SPI ser transferido para a sede de Autazes. Depois, a FUNAI construiu um outro local, transferindo novamente a escola. Em razão, do número de salas ser insuficiente para atender a demanda de alunos, outros espaços da aldeia foram utilizados, como a sede (espécie de salão de eventos) e a igreja católica da aldeia.

A escola voltou a ocupar o antigo Posto Barbosa Rodrigues em 2010, após reformado pela prefeitura de Autazes. O prédio possui 04 salas de aula, 01 refeitório que fica na área externa (coberta), 01 cozinha, 01 copa, 02 banheiros, 01 pátio, 01 área central sem cobertura. Atualmente, a escola oferta a Educação Infantil, o Fundamental I, Fundamental II, Ensino Médio e Eja.

A tabela a seguir, traz dados referentes às turmas do ano letivo de 2019, atendendo ao público da educação infantil, do ensino fundamental I e II, ensino médio e da educação de jovens e adultos (EJA). O quadro de docentes composto por professores indígenas, em sua maioria residentes na própria aldeia. A estrutura de uma das escolas indígenas Mura que possui, senão uma demanda significativa, que por sua localização, facilita o acesso à escola pública às crianças e jovens.

Tabela 2

Dados da Escola Dr. Jacobina - Ensino Fundamental I - (2019)

Escola:	Escola Municipal Dr. Jacobina		
Localização:	Aldeia São Félix (km 94 - 254)		
Município:	Autazes		
Gestor:	Diego Garcia Filgueiras		
Apoio pedagógico:	Maria Rita Matias Pereira		
Administrativos:	Alex Rodrigues da Silva (matutino) e Irlan Pereira dos Santos (vespertino).		
Ag. Serviços Gerais	Giandria Marques (matutino), Neimar Santana Lira (noturno), Jandiro Marques da Silva (vespertino), Brenda Caroline de Freitas Andrade (matutino) e Ruth Ferreira da Silva (vespertino).		
Vigias:	Francirlei Conrado e Célio Pinheiro da Rocha (Noturno).		
Locatários:	Sandro Lagos (mat/vesp), Carlo Antonio de Paula (mat/vesp) e Roberto Nausin Rebouços (mat/vesp).		
Nº de Turmas:	Nível de ensino	Média de alunos matriculados	Professor (a)
Educação Infantil			
01			Maria Vanderlúcia Alves Batista
Ensino Fundamental I			
02	1º ano	29	Márcia Pantoja
03	2º ano	23	Raimunda Rodrigues Clemente
04	3º ano	27	Rosa Coelho Martins
05	4º ano	29	Luzia Pacheco
06	5º ano	21	Everton Marques Monteiro
Ensino Fundamental II			
07	6º ano	23	Luzia Pacheco
08	7º ano	23	Rosa Coelho Martins
09	8º ano	27	Alzenira Dias
10	9º ano	8	Ronivaldo Cabral Ramalho
EJA			
11	6º ao 9º	17	Erlande Santana

Ensino Médio			
12	1º ano	18	
13	2º ano	19	
Média/Total de alunos:		286	

Diante de um quadro atual, o projeto político pedagógico da Esc. Mul. Indígena Dr. Jacobina nos dá a oportunidade de conhecer qual tipo de homem deseja formar. Quais objetivos, valores e metodologias de ensino se utiliza para preparar seus alunos, a fim de que sejam cidadãos dotados de capacidades cognitivas e habilidades que os direcionem para a escolha profissional no futuro.

A escola informa no item 6 – O papel da escola, sua função:

[...] promover o conhecimento e desenvolvimento humano, criando possibilidades para que os sujeitos socializem experiências, realizem aprendizagens e construam sua identidade numa perspectiva de pleno exercício da cidadania. (PPP – ESC. MUL. DR. JACOBINA, 2013)

Ao realizar visitas à aldeia São Félix, ficou claro que o povo mantém a tradição de consultar primeiro a liderança (Tuxaua) para que seja concedida a permissão para qualquer tipo de trabalho ou evento. Ainda que os Mura tenham adotado vários aspectos da cultura não indígena, (o tipo de vestimenta, a culinária) respeitam no que concerne às questões de hierarquia, as decisões após assembleias realizadas com a comunidade.

Um grupo de pessoas costumam exercer o papel de orientadores do povo junto à sua liderança maior (Tuxaua), são eles: os idosos, as parteiras, os professores da escola, o gestor escolar, os agentes indígenas de saúde (AIS), alunos (representantes de turma ou grêmio), pais de alunos e o diretor da Organização de Professores Indígenas (OPIM). Os acontecimentos sociais, econômicos, políticos e educacionais são apresentados, esclarecendo sempre onde os Mura da aldeia estão situados.

A escola Dr. Jacobina vem seguindo o caminho idealizado no passado pelas lideranças, promovendo a educação escolar, dando continuidade na formação de

suas crianças e jovens até o ensino médio. A modalidade de formato presencial é uma conquista recente, que seus professores não mediram esforços para que se concretizasse.

Ao destacar as referências para a reflexão da educação escolar indígena, não podemos deixar de expor alguns marcos legais, para o reconhecimento das lutas dos povos indígenas para o direito à escola “específica e diferenciada”. Destacamos a Constituição Federal de 1988, o RCENEI (1998), LDBN - Lei nº 9.394/96, Resoluções e outros documentos, como: o Projeto Político Pedagógico das Escolas Indígenas Mura (2003), Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas (2012) - FACED/UFAM, e pesquisas que contribuíram para as reflexões e direcionamentos para a construção da política de educação escolar indígena própria.

Com a legislação, os povos indígenas conseguiram o direito de manifestar suas diferenças culturais, a sua história, a preservação da língua materna, pela revitalização de sua identidade, conseguindo mudar a postura do governo para a educação escolar indígena. No passado os povos sofreram a desfiguração com a implantação de programas que visaram a integração da Amazônia. A escola implantada serviu de “instrumento de imposição de valores alheios e a negação de sua identidade e culturas diferenciadas” (BURATO, 2007, p. 6).

De acordo com Carvalho (2016, p. 450), tal política era de discurso ‘revolucionário’, pois a Amazônia era vista como lugar de população com traços ‘socioculturais indígena, selvagem e caboclo’, o que julgavam inferior para se atingir uma ‘modernidade civilizatória’ o que era o ideário pela educação, já que surgia uma jovem Província. A Amazônia era interpretada como um lugar que se encontrava apenas natureza e que não existia uma cultura segundo as perspectivas do Império.

De acordo com a exposição das leis aqui selecionadas e os caminhos percorridos, a etnia Mura de Autazes, assim como outros povos indígenas, a educação escolar específica e diferenciada vem ganhando notoriedade diante da sociedade envolvente. O reconhecimento de outros povos e do não indígena é necessário para que a perspectiva da afirmação identitária, revitalizada pelas

escolas do povo, seja um mecanismo de lutas para que os jovens mantenham viva a memória, fazendo valer os direitos conquistados. Linhares (2011, p. 130): “Respaldados por todo este patamar de avanços legais e normativos, os professores Mura têm feito do espaço escolar um local de aprendizados e vivências, não só de conteúdos, mas de política identitária”.

Os professores da escola Dr. Jacobina e toda comunidade escolar, atualmente tem se mobilizado para promover espaços para além da sala de aula, que promovam a autonomia de seus alunos para a produção do conhecimento, a partir da realidade que estão inseridos e da avalanche de informações que as crianças e jovens da aldeia São Félix recebem pelos canais de informação no modelo tradicional (rádio e TV), e as novas tecnologias, chamadas de mídias sociais.

A ampliação do espaço escolar para a oferta do Ensino Fundamental II e o Ensino Médio presencial são valiosas conquistas para o povo. No passado, a preocupação era com a saída dos jovens para continuar os estudos em escolas não indígenas, já que a escola da aldeia não tinha professor com a formação específica para os outros níveis de ensino.

Passavam por severa discriminação e por mudanças de hábitos nocivos, como o consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas. Essas problemáticas, não desapareceram, mas a escola junto com as lideranças da aldeia, buscam levar reflexões para a sala de aula, oferecendo ao seu modo, uma escola com o compromisso de um papel instrucional e social, revelando ao corpo discente os valores e conceitos pertinente a identidade Mura.

SEGUNDA SEÇÃO

2 – OS SABERES PRESENTES NOS DICIONÁRIOS DE PLANTAS MEDICINAIS DAS ALDEIAS MURA: PRÁTICAS PRÓPRIAS DE ENSINAR

O povo Mura de Autazes paulatinamente está fortalecendo sua identidade étnica. O modelo de escola indígena específica e diferenciada abre caminho para a educação das novas gerações de acordo com seus costumes e modos de sua cultura. A importância de se praticar a pesquisa no âmbito escolar e ainda se utilizando de temáticas pertinentes à cultura da etnia, que vem contribuindo para que a escola trabalhe conteúdos se utilizando do cotidiano das aldeias. Levar os alunos ao contato com a natureza e ao mesmo tempo, participar de outras atividades para além da sala de aula, como a pescaria, o roçado, eventos culturais e outros.

Os professores Mura realizaram uma pesquisa em parceria com suas turmas (Anos Iniciais), ainda quando graduandos do Curso Formação de Professores Indígenas (FPI/FACED/UFAM), como Trabalho de Conclusão de Curso, na Grande Área – Letras e Artes, sob a orientação de duas professoras linguistas. Os alunos visitaram os mais antigos da aldeia para coletar mudas de plantas e seus respectivos nomes populares, e ainda qual tipo de enfermidade estas poderiam tratar.

O povo é conhecedor da fauna e flora da região, saberes principalmente repassados oralmente até os dias atuais. Como a prática leva ao aperfeiçoamento, as professoras da disciplina, orientaram os professores Mura para a realização do estudo, a fim de um levantamento léxico¹⁵ para a produção de dicionários sobre: peixes, árvores, frutas e plantas medicinais. As professoras explicaram que o material, além dos saberes Mura, deveriam também contemplar um português que fizesse referências aos termos e modos de comunicação, utilizados pelo povo.

Para trazermos ao conhecimento dos objetivos de utilizações das pesquisas desenvolvidas pelos professores Mura e seus alunos, optamos pelo estudo dos

15 3. O conjunto das palavras de uma língua, de um texto, de um autor, etc. (Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Aurélio Júnior, 2011)

dicionários de receitas de plantas medicinais. A escolha deste campo semântico¹⁶, se deu em razão de dados coletados na Escola Municipal Indígena Manoel Miranda, no âmbito de uma pesquisa de PIBIC, anteriormente mencionada.

A pesquisa apresentou aulas ministradas às turmas de 1ª a 4ª séries (atualmente 1º ao 5º ano), com o tema “Meio ambiente”. Ao descrever a aula de uma professora que ensinou quais plantas medicinais encontradas na aldeia curavam algumas doenças causadas pelo lixo. Apresentou algumas mudas, escrevendo na lousa seus nomes, a divisão silábica, o formato e textura de suas folhas.

As aulas da professora se utilizando de plantas medicinais para trabalhar o tema “Meio Ambiente” inspirou a escrita da referida Dissertação, que pretendeu conhecer, se os professores atualmente utilizam o material - “Dicionários receitas de plantas medicinais das aldeias indígenas Mura”. Ao consultar um exemplar, sua apresentação explica que o objetivo de sua produção é “apresentar os tipos de plantas medicinais da aldeia”. Que o material “sirva de apoio ao processo de aprendizagem dos alunos e professores, que utilizarão este material como fonte de consulta e na tarefa de divulgação do mesmo”. O uso das plantas medicinais para o tratamento de enfermidades, é uma tradição que vem desde os antepassados dos povos indígenas.

De acordo com Isquierdo (2001, p. 91 apud Borella; Santos, 2014), os dicionários dos saberes “deixam transparecer elementos significativos relacionados à história, ao sistema de vida, a visão de mundo de um determinado grupo”. Atualmente esses saberes são pouco praticados, ficando reservados aos antigos da aldeia. As novas gerações não têm tanto interesse, curam suas enfermidades consumindo os medicamentos alopáticos de fácil acesso.

O hábito do tratamento das enfermidades por plantas medicinais está se perdendo, e uma das explicações é o não cultivo dessas plantas e o uso de medicamentos distribuídos nos polos base de saúde ou adquiridos no comércio. A prática é centrada nas famílias, cujo saber foi herdado ou ainda algum de seus

16 O estudo das significações das palavras, ou seja, do significado de cada vocábulo existente na língua.

membros é parteira, pajé, benzedor, agente indígena de saúde (AIS) e outros. Ou seja, as lideranças ou referências da aldeia.

Ao final do curso os professores indígenas da Grande Área Letras e Artes apresentaram os seguintes Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), contemplando o grupo de plantas medicinais: 1 - Dicionário Ilustrado de Plantas Medicinais da aldeia Murutinga. 2 – Minidicionário das Plantas existentes na aldeia Iguapenu. 3 – Dicionário de Conhecimentos Tradicionais das Plantas Medicinais da Aldeia Gapenu. 4 – Dicionário das Receitas de Plantas Medicinais da Aldeia São Félix. 5 – Dicionário de Receitas das Plantas Medicinais da Aldeia São Félix. Os referidos TCC's são os Dicionários que fazem referência à aldeia que está situada a Escola Municipal Dr. Jacobina, objeto da pesquisa desta Dissertação.

Tabela 3 - Título das Pesquisas e Autoras

Título do TCC	Autora/Professora	Município/Aldeia
Dicionário das receitas de plantas medicinais da aldeia São Félix	Conceição Marques de Lima	Autazes/São Félix
Dicionários de receitas das plantas medicinais da aldeia São Félix	Luzia Pacheco dos Santos	Autazes/São Félix

2.1. TCC - Dicionário das receitas de plantas medicinais da aldeia São Félix: a pesquisa com alunos do Ensino Fundamental I

A professora Conceição Marques de Lima iniciou sua pesquisa de trabalho de conclusão de curso no período da disciplina “Pesquisa em Letras e Artes e Cotidiano do Professor Mura I, realizada no segundo semestre do ano de 2010. A docente já trabalhava na escola Dr. Jacobina quando desenvolveu a investigação.

A pesquisa envolveu alunos do 3º ano do Ensino Fundamental I e duas parteiras, com a realização de três pesquisas ou visitas, a saber:

1. realização do levantamento das plantas medicinais;
2. métodos práticos e simples de preparação de remédios caseiros, e
3. elaboração dos verbetes e a finalização do dicionário.

Na apresentação do trabalho escrito, a professora justifica que a produção do material com os saberes de plantas medicinais da aldeia são, em razão do conhecimento, estar se perdendo e deixando de serem repassados para as novas gerações. Antigamente, a oralidade era bastante usada para o repasse da cultura Mura, não foram utilizadas formas escritas, como receitas e orientações de como preparar e ministrar chás, banhos, unguentos, óleos e outros, como formas de tratamento e cura das enfermidades.

O Objetivo da pesquisa informado foi: “apresentar os tipos de plantas medicinais da aldeia São Félix”. A professora no corpo do texto, mais precisamente na apresentação do trabalho de TCC, expõe um desejo de valorização dos dados como futura contribuição para professores e alunos.

“Espero que este dicionário sirva de apoio ao processo de aprendizagem dos alunos e professores, que utilizarão este material como fonte de consulta e na tarefa de divulgação do mesmo”. Portanto, compartilho este precioso material, com os membros da aldeia São Félix, e com os docentes: Cristina de Cássia Borella, Eneida Alice Gonzaga dos Santos, Giancarlo Stefan e a escola Dr. Jacobina”. (Professora Mura. Aldeia São Félix)

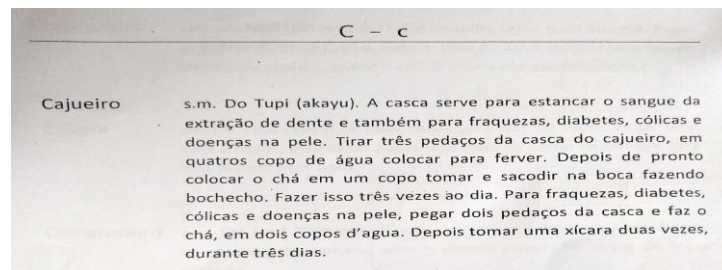
O modelo seguido para apresentação dos dados foi em estilo “verbetes”, configurando o estilo próprio para dicionários de um modo geral. Obedecendo os critérios orientados pelas professoras formadoras, os significados dos vocábulos foram escritos em forma de receita, apresentando para que tipo de doença é indicada, os meios de manipulação das plantas e ervas, indicando qual parte das mesmas são utilizadas, a quantidade necessária, formas de uso via oral ou tópico (uso na pele), e ainda assentos, colírios e o tempo de uso.

Outro dado importante são as formas de uso da língua portuguesa, como por exemplo, a expressão: “usar até sarar”, “faça isso até ficar bom”, “um pouquinho”, “golpe”, que quer dizer corte por faca ou terçado e outras formas próprias dos antigos.

Ao consultar o TCC, ficou claro as possibilidades do uso dos achados como material pedagógico para o ensino e aprendizado em sala de aula. Compreendemos que é possível realizar atividades interdisciplinares com a língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e outras do currículo escolar.

Os verbetes abaixo mostram como estão organizados os dados de cada planta pesquisada.

Imagem 1 – Verbetes do vocábulo “Cajueiro”



Ao observar os verbetes do Dicionário encontramos a especificação quanto à abreviação para identificar o gênero do nome da planta, segundo a norma culta da língua portuguesa. Outras características são importantes destacar, como a presença das quantidades a serem usadas para preparar o remédio, “três pedaços da casca” e “quatro copos de água”. Estão impressos por extenso ou em numeral nas receitas, permitindo que se trabalhe a noção de números, de volume e sequenciação.

Imagem 2 – Verbetes do vocábulo “Copaibeira”

Copaibeira	s.f A resina extraída serve para reumatismo e febre. Para reumatismo, passar um pouco da resina no local afetado. No caso da febre colocar um pouco na palma das mãos e passar na testa.
------------	--

No vocábulo “Copaibeira”, encontramos em seu significado, as palavras “resina”, “reumatismo”, “febre” “mãos” e “testa”, que podem ser trabalhadas no componente curricular língua portuguesa em várias atividades, atendendo do 1º ao 5º ano. No estudo das classes gramaticais, pensamos como sugestão, o estudo dos substantivos e na ortografia o número de letras, sons e sílabas.

Imagem 3 – Verbetes dos vocábulos “jambuzeiro”, “jatobazeiro” e “jacazeiro”

J - j	
Jambuzeiro	s.m. O chá da folha serve para combater a inflamação do fígado e a dor de dente. Pegar um galho junto com as folhas, fazer o chá. Depois de pronto, tomar meio copo. Como tratar a dor de dente: apanhar uma flor do jambuzeiro, colocar de molho no álcool, feito isso, espreme uma gota no buraco do dente.
Jatobázeiro	s.m. O chá da casca server para inflamação da próstata. Tirar 30 gramas da casca do jatobázeiro, em um litro d'água colocar para ferver. Tomar um copo do chá toda vez que sentir sede.
Jucazeiro	s.m. O chá do fruto serve para cicatriz de feridas. Pegar seis ou oito frutas machucar e colocar de molho dentro de uma vasilha e tampar. Depois de alguns minutos, aplicar em cima do hematoma.

Os verbetes apresentam também as formas de preparo passo a passo, como uma receita de bolo. Nesse sentido, o professor também pode desenvolver atividades como gênero textual, por se tratar de um estilo próprio, verbetes que são

característicos dos dicionários. O significado empregado na forma de receita, caracteriza uma bula de remédio alopático, que também pode ser levada para a sala de aula, apresentando aos alunos a medicação preparada pelas inovações tecnológicas do mercado de medicamentos, a mais comum para os não indígenas.

As palavras apresentadas nos significados, como “colocar”, “ferver” e “machucar” orientam modos de manipular as plantas e os frutos, que expressam ações do preparo, pode-se trabalhar as formas verbais, conteúdo bastante estudado nos 4º e 5º anos. A formação de frases, entendemos como uma boa sugestão, podendo o professor incentivar aos alunos para a reescrita das frases, ampliando o vocabulário da criança, a partir de seu próprio vocabulário.

Os componentes curriculares de geografia e ciências também podem ser trabalhados, a partir de atividades para além da sala de aula, utilizando toda a área da aldeia, levando-os para uma caminhada, localizando onde se encontram as árvores e plantas presentes na pesquisa. O estudo das partes das plantas, as espécies mais comuns encontradas no município, as mais raras que precisam ser replantadas para que não sejam extintas, que contempla também a educação ambiental.

2.2. TCC - Dicionário de receitas de plantas medicinais da aldeia São Félix: valorizando os saberes dos anciãos

A pesquisa desenvolvida pela professora Luzia Pacheco dos Santos apresenta os saberes das plantas medicinais com a participação das pessoas mais idosas da aldeia São Félix. A participação de uma pegadeira de ossos, duas parteiras, duas especialistas em medicina caseira e a pajé que rezava, pegava desmentiduras¹⁷, espinhela caída¹⁸, mãe do corpo¹⁹ e afastava espíritos maus de quem a procurava.

17 Luxação, torcedura.

18 Conhecido também como Lumbargo. Popularmente “peito aberto” ou “arca caída”.

19 Ser que vive dentro do corpo durante a gravidez e após o parto, fica procurando a criança.

A professora na apresentação do trabalho de conclusão de curso, traz o seguinte objetivo da pesquisa desenvolvida: “O objetivo deste dicionário é documentar as plantas medicinais e suas receitas, e através destas procurar o equilíbrio, a saúde e a valorização desse saber pelos jovens da aldeia”. A preocupação em usar o termo documentar, suscita o desejo e a preocupação da docente de preservar os saberes repassados pelos antigos.

Alguns verbetes trazem saberes deixados por uma importante mulher da aldeia, a senhora Rosalina Pachêco, faleceu no ano seguinte da realização de sua entrevista, que de acordo com a autora, levou consigo conhecimentos que se perderam. Documentar esses saberes deixados por sua mãe, foi a forma de rememorar e homenagear a Pajé.

As entrevistas realizadas pela professora seguiu de conversas informais, que aos poucos foi registrando e “montando” o dicionário. Ela explica ainda, que não usou meios tecnológicos, como o gravador e observou que as informações impressas foram autorizadas pelos participantes.

As homenagens também se reportam com os nomes completos das experientes mulheres participantes da pesquisa: Araciete Guimarães da Silva (aldeia Cuia), Leonildes Marques (aldeia São Félix), Marly Marques Fernandes (aldeia São Félix) e Raimunda Marques Andrade (aldeia São Félix). A religiosidade é bastante valorizada pela professora, que ainda agradece a Deus pela vida e saúde.

Os verbetes do referido dicionário de saberes apresenta uma estrutura comum, presentes em dicionários impressos para a busca dos significados. A forma abreviada para identificar o gênero da palavra, em modo itálico antecedendo o início do texto.

A autora indica nos verbetes a parte da planta utilizada, como por exemplo, “usa-se a raiz”, “usa-se o leite”, “usa-se a folha pilada”, “usa-se a flor”, usa-se a casca” e outras no início da receita. Em seguida, a estrutura traz a indicação da doença para qual a receita oferece tratamento.

As formas de preparo das receitas trazem indicações de quantidade, administração do tempo, higienização, aspecto do remédio, noções de temperatura. Em alguns verbetes, a autora faz uma observação quanto ao sigilo do preparo de

alguns remédios, por parte da pessoa entrevistada, como mostram as imagens a seguir.

Imagem 4 – Verbete do vocábulo “Ananarana”

ANANARANA s.f. Usa-se a flor não muito recomendada pelas parteiras. Serve para que a menstruação volte ao normal quando atrasa. Somente as parteiras usam, a dona dessa informação não quis entrar em detalhes.

A

S

frases *“Somente as parteiras usam, a dona dessa informação não quis entrar em detalhe”* e *“Obs: apenas a pessoa que vai fazer o remédio é que sabe o que é preciso”*, fazem-me lembrar das práticas de benzimento de meu avó, que proferia rezas, preparava chás ou até mesmo os banhos de ervas. Recordo de perguntar o que ele rezava, mas ele nunca respondeu.

Pensamos que são saberes ligados às forças da natureza, das tradições que conseguem desenvolver esses conhecimentos ao longo da vida. A necessidade de repassar a cultura dos usos das plantas medicinais é uma responsabilidade que não pode mais ficar a cargo das famílias. A escola e os agentes de saúde indígena, precisam pensar em formas de ensino dos usos dos remédios preparados, a partir das plantas medicinais.

Imagem 5 – Verbete do vocábulo “Amapá”

AMAPÁ s.m. Usa-se o leite do Amapá para tratar de doenças no peito, bem como a tosse braba (tosse sem catarro e prolongada). Esta árvore é nativa e pouca conhecida por muitos, só se encontra na mata. Obs: apenas a pessoa que vai fazer o remédio é que sabe o que é preciso.

O dicionário foi produzido para os alunos dos anos iniciais da Escola Dr. Jacobina, de acordo como mencionado pela docente. As crianças indígenas que estão nos Anos Iniciais, precisam desenvolver habilidades de leitura e escrita. Os conhecimentos tradicionais podem ser trabalhados, a partir dos vocábulos de forma interdisciplinar, como por exemplo, a língua portuguesa e o ensino de História.

Uma das habilidades que é da natureza da criança, é o desenho. Elas cedo buscam reproduzir objetos e coisas que estão em seu contexto. Os primeiros materiais apresentados são o papel, o lápis preto e o jogo de lápis de cor. Entendemos que as crianças indígenas possuem essa habilidade mais aguçada, pois a maioria está próxima à natureza, o que as fazem sensíveis à interpretação do ambiente natural.

No âmbito da pesquisa de Pibic no período da minha graduação, realizei a observação de uma sala de aula da Escola Manoel Miranda, e a princípio pensei que era uma sala de aula com pouca informação. As paredes da sala não possuíam cartazes que evidenciassem as formas de ensino da professora, e ao iniciar a aula, alguns alunos saíram e ao retornar, carregavam mudas de plantas ou folhas de várias formas e tamanhos.

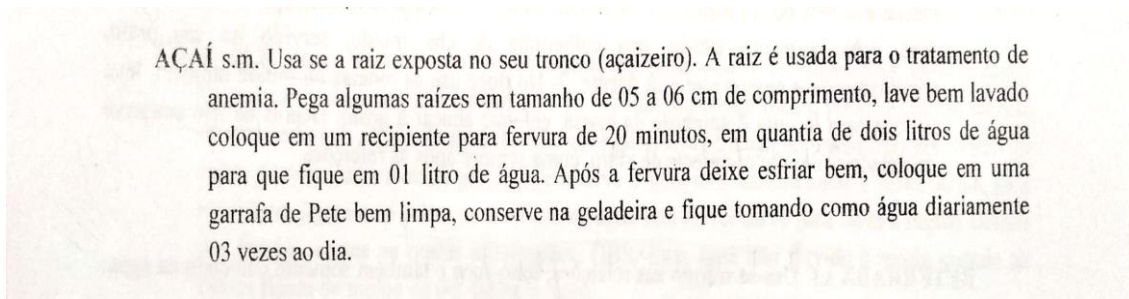
A surpresa ainda estava por vir, pois com alguns minutos de explicação da aula, a professora começou a desenhar na lousa as formas das folhas das plantas levadas pelos alunos, com uma precisão de um profissional da área. E aos poucos, de acordo com o que as crianças explicavam a respeito das plantas, ela desenhava transformando a lousa numa obra de arte.

As salas de aula da escola Dr. Jacobina atualmente possuem características muito próximas da sala de aula da escola não indígena. Há cartazes, jogos de letras do alfabeto da língua portuguesa, cadeiras organizadas em fileiras, o uso constante do caderno e do livro didático. Será que as acessibilidades aos recursos materiais convencionais melhoraram? Ou será que as influências das metodologias da escola não indígena estão mais presentes, como a utilização de cópias de desenhos, de atividades como as utilizadas pelo professor não indígena?

O vocábulo “Açaí” é uma fruta típica da Amazônia e conhecida em todo território nacional. No dicionário de receitas, a autora apresenta a raiz como principal “ingrediente” para o tratamento de anemia. Informa ainda o tamanho das raízes, o tempo de fervura e a quantidade de água para o chá. O professor que se utilizar do Dicionário em suas aulas, terá a opção de trabalhar de forma interdisciplinar nos componentes de língua portuguesa, matemática, ciências, arte e outras.

A imagem que segue, mostra os números cardinais, também a escrita por extenso, “dois”, “uma”, a sigla da unidade de medida centímetro (cm) e o estágio da água, indicada pela palavra “fervura”, do verbete que segue.

Imagem 6 – Verbetes do Vocábulo “Açaí”



Ao realizar outras leituras sobre conhecimentos tradicionais para fazer parte da discussão a cerca dos saberes indígenas pelo uso de remédios de plantas medicinais, notou-se a importância de conhecer alguns estudos sobre medicamentos feitos a partir de inovações tecnológicas, como os fitoterápicos²⁰.

Medeiros (2016, p. 219) afirma que:

“[...] não podemos ignorar os conhecimentos e práticas dos povos tradicionais na análise, estudo e pesquisa para utilização das plantas com fins medicinais e terapêuticos. Defendo aqui a combinação do conhecimento indígena e tradicional com as inovações científicas e tecnológicas da sociedade-pós moderna [...]”.

A afirmação do autor traz uma importante contribuição ao se utilizar da expressão “*combinação do conhecimento*” em artigo que traz no seu corpo as políticas de saúde que valorizam os “saberes” e “práticas” tradicionais com plantas medicinais. O autor utiliza termos, com por exemplo, “terapêutico”, “bioativas”,

²⁰ O medicamento obtido exclusivamente de matérias-primas vegetais. Ele pode ser simples (quando é proveniente de uma planta) ou composto (de mais de uma planta).

Para saber mais acesse: <https://www.minhavidade.com.br/saude/materias/22708-fitoterapicos-entenda-como-esse-tipo-de-medicamento-age>

“fármacos” e “psicofármacos”, como inovações presentes no campo da medicina natural.

Uma das informações relevantes contidas no texto, é quanto ao índice de 80% da população mundial dependente das plantas medicinais para tratamentos primários, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Ele afirma ainda, que a ciência ocidental, por estas razões, não pode ser enxergada como única, o diálogo com os saberes populares e indígenas precisa ser incentivado.

Ao percorrer às páginas do texto, percebemos a indicação de alguns medicamentos feitos a partir de plantas medicinais da Amazônia, como a Copaíba que age como anti-inflamatório e cicatrizante, desde o século XVI. Atualmente, pode-se encontrar variações do produto em forma de pastas, cremes e óleos tanto em medicamentos, como em produtos de beleza e higiene pessoal.

A confiança que os medicamentos convencionais (produzidos em laboratórios) ganharam, graças às pesquisas e a tecnologia de ponta, precisam também ser repassadas para os remédios feitos de plantas medicinais. E para isso, políticas públicas de saúde são desenvolvidas para atender aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), que entende a Fitoterapia como um recurso terapêutico caracterizado pelo uso de plantas medicinais; o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com o objetivo de “garantir o acesso seguro, eficaz e de qualidade ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos à população brasileira, ampliando as opções terapêuticas aos usuários do SUS”.

As pesquisas desenvolvidas pelas professoras da Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina, da aldeia São Félix do município de Autazes, não configura saberes menores ou saberes maiores às pesquisas realizadas com os fitoterápicos e tampouco aos medicamentos convencionais. São saberes “combinados”, um corrobora para o outro, proporcionando às populações formas tradicionais e inovadoras, a partir de remédios ou medicamentos de plantas medicinais.

TERCEIRA SEÇÃO

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES MURA

3.1. A valorização dos professores indígenas Mura de Autazes: projetando a educação do futuro

A educação escolar indígena Mura adquiriu reconhecimento da sociedade de Autazes e de outros municípios amazonenses, a partir de políticas públicas desenvolvidas e implementadas para a formação de seus professores. O programa Pirayawara, de formação a nível médio (magistério indígena), coordenado pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM), em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura de Autazes (SEMEC) e o curso de licenciatura Formação de Professores Indígenas, ofertado pela Universidade Federal do Amazonas, ministrados no próprio município e na Fazenda Experimental da UFAM.

O curso Pirayawara contemplou a turma de professores no município de Autazes, atendendo a formação inicial do grupo para atuarem como professores no Ensino Fundamental II (1º ao 5º anos). A licenciatura atendeu a formação na educação superior, qualificando-os para atuar nas escolas de suas aldeias no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio.

As dez (10) escolas Mura estão sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Autazes (SEMEC). O órgão entrou com parceria para a qualificação dos professores, que depois de formados assumiriam as turmas dos Anos Iniciais dessas escolas. A terceira turma de professores está cursando o último ano de formação do Projeto Pirayawara. E também está em andamento o Curso de Especialização em Educação Escolar Indígena - FACED/UFAM (Turma 2018).

O grupo de professores possui uma representação que participa ativamente dos movimentos indígenas, estão atentos para as discussões da educação escolar indígena no cenário nacional. As lideranças, em sua maioria são homens e mulheres com perfil para as articulações políticas e sociais, ampliando força ao movimento indígena regional, criando demandas para a SEMEC.

A Secretaria de Educação e Cultura do município de Autazes, conta com uma estrutura que atende as demandas da educação escolar indígena. A Coordenação/Direção de Educação Escolar Indígena, responde à Gerência de Educação do Município.

O quadro de funcionários é composto por professores indígenas, formados em Educação Escolar Indígena, nas áreas: 1) Magistério indígena; 2) Pedagogia e 3) Licenciatura Específica em Educação Escolar Indígena.

O quadro docente é composto por profissionais licenciados em educação escolar indígena, que passaram pela experiência da sala de aula das escolas Mura. A formação inicial da maioria desses professores foi pelo projeto Pirayawara, o que primeiro os qualifica para o cargo nos anos iniciais. Nesse sentido, configura um pré-requisito ideal para o cargo, pois é no Magistério Indígena que se discute a educação específica e diferenciada.

Tabela 4

Quadro - Formação dos Profissionais da Educação Escolar Indígena

PROFISSIONAIS DA EEI	FORMAÇÃO
Professores	Magistério indígena
	Pedagogia
	Licenciatura Especifica em Educação Escolar Indígena

Fonte: Gerência de Educação Escolar Indígena (GEEI/SEDUC-AM)

O projeto Pirayawara é um curso que visa formar professores indígenas nas comunidades, enquanto professores pesquisadores de seu próprio universo cultural, possibilitando-lhes condições para gerir seus processos próprios de aprendizagem, fortalecendo a identidade étnica de seus membros, mantendo sempre uma convivência equilibrada com a sociedade envolvente.

A pesquisa é adotada como metodologia de ensino e aprendizagem, orientação para os professores produzirem seus materiais didáticos específicos à realidade dos alunos indígenas. Nesse sentido, a interação com a aldeia ou comunidade, é fundamental para a consolidação da educação escolar indígena.

Os Dicionários de Receitas de Plantas Medicinais da Aldeia são Félix, foram pesquisas que observaram os princípios do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dr. Jacobina. Destacando o principal que é a valorização da diversidade cultural do povo indígena junto aos conhecimentos científicos universais. Os fragmentos das Histórias de vida a seguir, fazem referências à formação inicial pelo Projeto Pirayawara, nos moldes da turma Mura.

“Ao iniciar o curso Mura-peará, tive muitas dificuldades, [...] Foram 9 etapas de curso, [...] Em um processo de construção progressista crítico-social e libertador, como uma pluralidade de concepções pedagógicas. O curso me ensinou a liberdade de expressar [...] aguçou minha criticidade, aprendi a ver o que está por trás de um conteúdo explicitado, aprendi a fazer leitura de Mundo, ver e respeitar as diferenças, conhecer a cosmologia, a modernidade, as culturas e o melhor, minha própria história, sei quem sou e de onde vim. [...]”. (História de Vida nº 19)

“[...] passei cinco anos estudando o magistério e através da educação diferenciada fui evoluindo. Fez com que eu conhecesse melhor a cultura Mura, respeitando-a e valorizando, fortalecendo a afirmação da identidade histórica cultural Mura”. (Professor Mura; História de Vida nº 07)

Os professores Mura dissertaram nas Histórias de vida, rememorando quando cursistas do Projeto Pirayawara (dos Mura-Peará), a respeito da mudança de postura diante de novos conceitos aprendidos para as práticas pedagógicas do professor. Formas tradicionais fizeram parte da formação básica, embora nuances dessas práticas, eram reproduzidas nas escolas indígenas das aldeias. As especificidades das Tendências Pedagógicas que levam o aluno ao pensamento crítico, contribuíram para que estes refletissem para o tipo de homem que desejavam formar.

Os aprendizados adquiridos no Magistério Indígena foram ampliados no Curso Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal do Amazonas. Este curso tem como objetivo: “formar em nível superior, numa perspectiva intercultural e interdisciplinar, professores para atuar na 2ª etapa do ensino fundamental e no ensino médio.” As áreas foram escolhidas, quando caminhavam para o quarto ano do curso, momento de reflexão para as necessidades das escolas.

Os professores puderam escolher as grandes áreas de conhecimento, e estas, passariam a transformar a realidade dos alunos e professores das escolas. Os alunos do Anos Iniciais dariam continuidade aos estudos, sem precisar sair da aldeia.

A fala a seguir, é de um professor Mura que desde jovem militava pelas melhorias da educação escolar Mura. Atualmente, é uma das maiores lideranças do Estado.

“Quero continuar e terminar o Ensino Superior, que não é qualquer ensino superior, e sim um Ensino Superior que nos leva a um discurso verdadeiro (relação entre o discurso e a realidade), e conseqüentemente, a uma ação política coerente e eficiente para mim, a comunidade escolar e o povo Mura em Geral”. (Professor Mura; História de vida nº 02)

O Autor da história de vida está trilhando sua carreira em cursos voltados para professor indígena. Iniciou com o Mura-Peara, depois ao conquistar junto ao povo a formação continuada, de uma licenciatura intercultural e interdisciplinar, cursa atualmente, a especialização para professores indígenas. As experiências dos referidos cursos, ofertados por instituições públicas, nas esferas estadual e federal, transparecem que todos alcançaram seus objetivos.

As visitas realizadas *in loco* foram necessárias para a autorização das lideranças da Aldeia São Félix e do presidente da OPIM para a realização da pesquisa. A conversa aconteceu na casa do então tuxaua²¹, sr. Ilaí, que orientou que o pedido fosse encaminhado para a organização dos professores. É da cultura dos

21 Atualmente o tuxaua da aldeia São Félix, é o sr. Fábio, mais conhecido como “Tuxaua Tato” .

Mura consultar suas lideranças para dar conhecimento quanto aos pedidos de qualquer tipo de pesquisa ou trabalho a ser realizado com o povo.

Outros trabalhos de pesquisa foram realizados nas escolas indígenas Mura, quando fiz parte do grupo de pesquisa dos professores da faculdade de educação da UFAM. Em uma das primeiras ida a campo da pesquisa de Pibic (2008-2010), aconteceu uma reunião com um grupo de professores da escola da aldeia Murutinga e a presença da liderança maior, uma pajé, a quem o grupo de pesquisadores da Ufam apresentou o cronograma de trabalho de campo. Nessas idas e vindas, e na realização de trabalhos administrativos na secretaria do curso de Licenciatura, foram favoráveis para que hoje conseguisse a autorização da pesquisa de mestrado. Pois, fiz parte do grupo de pesquisa como bolsista de Pibic, no mesmo grupo de professores que coordenava a licenciatura. Existe uma relação de confiança entre os professores indígenas Mura e suas lideranças, para com o grupo de professores da licenciatura indígena da FACED/UFAM.

3.2. Concurso público para professores indígenas da rede estadual de ensino

Os professores indígenas vêm superando entraves no percurso de suas formações seja no processo do magistério indígena, das licenciaturas interculturais ou até mesmo em formações curtas, em razão da melhoria e consolidação da educação escolar de seus povos. O período de estudos das formações são longos, o que ocasiona a saída de suas aldeias por um tempo prolongado. A maioria parte deixando suas famílias, o que os preocupam quanto ao sustento de seus cônjuges, filhos e muitas vezes, seus pais idosos. Poucos possuem condições financeiras, e em toda formação, faz-se necessário a compra de material escolar, cópias de apostilas, alimentação e outras necessidades.

A SEDUC-AM realizou o primeiro concurso específico para professores indígenas pelo Edital nº 03 – Ensino Indígena, tendo como concorrentes apenas profissionais da educação escolar indígena. As vagas foram distribuídas em quatorze municípios que possuem escolas estaduais indígenas: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Borba, Humaitá, Ipixuna, Jutai, Manicoré, Nhamundá,

Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença e Tabatinga. (ANEXO)

O concurso foi realizado no ano de 2018, com a oferta de 680 vagas, para os cargos em nível superior, com carga horária de 20 horas, observando às legislações concernentes aos povos indígenas, bem como ao atendimento aos princípios que cercam à educação escolar indígena. As provas foram aplicadas nas sedes dos municípios, realizado em três etapas: 1. Prova Escrita Objetiva (de caráter eliminatório e classificatório); 2. Prova Escrita Discursiva (de caráter eliminatório e classificatório); e 3. Avaliação de Títulos (de caráter classificatório).

A turma de professores Mura que formou em 2013 pela Licenciatura Formação de Professores Indígenas, da faculdade de educação da UFAM, possuem pré-requisitos para concorrer vaga em qualquer concurso público para professor, como o realizado no ano de 2018. Os Mura possuem profissionais com qualificação para atender às áreas de Ciências Humanas e Sociais, Exatas e Biológicas e Letras e Artes, no Ensino Fundamental II (6º ao 9º Ano) e no Ensino Médio. Com a formação no Magistério Indígena (Projeto Pirayawara), os professores atendem ao público do Fundamental I (1º ao 5º Ano).

Ao realizar um trabalho junto à SEDUC com a terceira turma do Magistério Indígena (Projeto Pirayawara), ficou claro que essa geração de professores seguirá os mesmos passos dos professores da primeira e segunda turma, buscando a formação continuada, com o objetivo de cursar uma licenciatura intercultural que os qualifiquem para as diversas áreas do conhecimento. Também é desejo dos mais jovens, cursar uma graduação que os preparem para outras áreas dos saberes, como por exemplo, a área da saúde.

A educação escolar indígena com a oferta de um concurso público, sob um edital que contemplou a concorrência entre parentes, resultou numa nova visibilidade para a educação do estado do Amazonas. Ao consultar a página da empresa organizadora do certame, ficou aparente e claro a presença de um edital próprio para professor indígena, que ainda não é pouco reconhecida como uma modalidade específica, mas que apresentou um novo entusiasmo configurando uma

modalidade de educação escolar sólida para o futuro dos jovens indígenas do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os intelectuais do Velho Mundo, denominados como colonizadores do Novo Mundo precisam enxergar a possibilidade de um novo presente em favor da construção de um futuro promissor no mapa da Globalização. No processo de integração da Amazônia, estes numa proposta de civilizar aos indígenas e caboclos da Amazônia, na época do fim do Império, resultaram na perda da cultura de vários povos e o saqueamento da região. Não será pela herança do egocentrismo dos intelectuais do passado, mas pelo pensamento dos intelectuais do presente, sob novos conceitos e experiências interculturais, com uma postura favorável à aceitação dos diferentes da floresta, que conseguiremos transformar o cenário mundial. É tornando visível aos olhos do mundo as ações de regiões como a do município de Autazes, que conseguiremos religar a harmonia homem-natureza. Realizar a integração dos saberes locais (povos indígenas) com os intelectuais do Velho Mundo, religando, pois, o que antes foi desligado.

A educação escolar indígena busca o reconhecimento de sua identidade, por meio de um fazer pedagógico diferente, uma escola com as formas próprias de educar. Não uma escola engessada pelas diretrizes de um órgão maior, que busca avaliá-la sob as mesmas perspectivas da escola do não indígena, usando os mesmos instrumentos de avaliação. A educação escolar indígena Mura está num momento de expansão, graças às conquistas que os povos têm alcançado junto com suas lideranças e indigenistas. Atualmente, em seu quadro possui apenas professores indígenas em suas escolas, formados em sua grande maioria no Magistério Indígena (Projeto Pirayawara), pela SEDUC, e em licenciaturas interculturais (graduação), que trabalham no interior de suas disciplinas formas específicas e diferenciadas sob a perspectiva da interculturalidade e interdisciplinaridade de ensino, como o Curso Formação de Professores Indígenas, pela FACED/UFAM.

Ao realizar estudos a cerca destas perspectivas, percebemos que os professores indígenas Mura, num trabalho de troca de conhecimentos, entre escola e povo se utilizando da pesquisa como metodologia, alunos, professores, lideranças,

e a comunidade, compreenderam que os saberes do povo, especialmente dos mais antigos (rezadeiras, pajés, tuxauas, parteiras e outros), estão inter-ligados com o conhecimento científico, que busca a comprovação de conceitos e finalidades e a realização de um produto final, que gere uma produção para atender às necessidades do mercado capitalista.

As políticas públicas de formação de professores que qualificaram os professores Mura de Autazes, para os Ensino Fundamental I (Anos Iniciais/1º ao 5º), Ensino Fundamental II (Anos Finais/6º ao 9º) e Ensino Médio, contribuíram diretamente para que crianças e jovens do povo não precisassem mais sair de suas aldeias, do seio de suas famílias para continuar seus estudos em escolas não indígenas, localizadas na sede do município ou na capital do Estado. Os professores das escolas indígenas Mura, possuem atualmente um currículo voltado para a educação escolar indígena, cumprindo com os princípios dessa modalidade de educação escolar, que são: educação diferenciada, específica, intercultural, bi/multilíngue e de qualidade.

Ao realizar a investigação, a partir dos *Dicionários de Plantas Medicinais da aldeia São Félix*, consideramos que a Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina, trabalha os conteúdos escolares trazendo para o interior da sala de aula, os saberes que foram repassados dos mais antigos, por meio da oralidade, agora retrabalhados respeitando as tradições do povo, inter-relacionando estes aos conhecimentos enciclopédicos, de domínio inicial do não indígena. Atualmente os povos indígenas, e especificamente os Mura, se utilizam dos conhecimentos tecnológicos e científicos para promover a educação intercultural.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 2ed. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 2008.

AMAZONAS. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO. Programa de Formação de Professores Indígenas - Projeto Pirayawara. Manaus: SEDUC, 1998.

AMAZÔNIDA. Cidadania, educação, inclusão social e direitos sociais. **Construindo a educação escolar indígena Mura: tendências pedagógicas no processo de formação e na prática docente**. Manaus, n. 9, jul./dez. 2010.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil de 1988. <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/CF.pdf>>. Acesso: 01 nov 2018

_____. Diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas. <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0399.pdf>>. Acesso em: 02 nov 2018.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Lei n. 05 de 2012.

_____. BRASIL ESCOLA. Campo lexical e campo semântico. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/redacao/campo-lexical-e-campo-semantico.htm>>. Acesso em: fev 2019.

_____. Lei n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 02 nov 2018.

_____. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001.

_____. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Resolução do Conselho Nacional de Educação. n. 3. Brasília. 10 de novembro de 1999.

I Encontro Internacional Estudos do Léxico e suas interfaces – I CINELLI. **Simpósio "Léxico, Cultura e Regionalidade"**. 2014, São Paulo. In: Quando a elaboração de dicionários pode auxiliar na reafirmação de uma identidade étnica: o caso dos professores Mura de Autazes. Cristina de Cássia Borella.

BURATO, Lúcia Golveia. **A educação escolar indígena na legislação e os indígenas com necessidades educacionais especiais**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/565-4.pdf>>. Acesso em: 07 nov 2018.

CANDAU, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença**. In: Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37. Jan/abr 2008.

CARVALHO, Guiomar Lima de. A instrução primária no Amazonas Imperial. In: MARCOS, André Ferreira Estácio; NICIDA, Lúcia Regina de Azevedo (Orgs.). **História e educação na Amazônia**. EDUA; UEA Edições. Manaus, 2016.

Encontro sobre leitura e escrita em sociedades indígenas. (6º ELESÍ). **Desafios atuais da educação escolar indígena (ELESÍ)**. 2005, Brasília. In: Avanços e impasses atuais da educação escolar indígena. ALB. 2005, p. 44-53

ESPINHELA. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Espinhela>>. Acesso em: fev 2019.

FERRARI, Maria Aparecida. **Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios**. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; FERRARI, Maria Aparecida. (orgs). Comunicação, interculturalidade e organizações: faces e dimensões da contemporaneidade. EDIPUCRS. Porto Alegre, 2015.

FITOTERÁPICOS. Entenda como esse tipo de medicamento age. Disponível em: <<https://www.minhavidade.com.br/saude/materias/22708-fitoterapicos-entenda-como-esse-tipo-d-medicamento-age>>. Acesso em fev 2019.

FLEURI, Reinaldo Matias (org.). **Educação intercultural**. Mediações necessárias. DP&A, 2003.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Disponível em: <<https://trabalhoindigenista.org.br/home>>. Acessado em: 10 nov 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. ed. 4ª. Editora Atlas. São Paulo, 1994.

LAKATOS, Eva Maria & Marconi. **Fundamentos de metodologia científica**. ed.7. Ed. Atlas, São Paulo, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. Cortez São Paulo, 1994.

LIMA, Conceição Marques. Et al. **Dicionário das receitas de plantas medicinais da aldeia São Félix**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Formação de Professores Indígenas) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013.

LINHARES, Célia (org.). **Cotidiano e formação de professores**. Liber Livro & Edua. Brasília, 2011.

_____, C. F. ; FLEURI, R. M. **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. 2ª ed. Ed. DP&A. Rio de Janeiro. 2002. In.: Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais. Reinaldo Matias Fleuri.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro**. Laced. Rio de Janeiro, 2013.

MEDEIROS, Alexsandro Melo. **Políticas de saúde e conhecimentos tradicionais na Amazônia: o uso de plantas medicinais**. In: Renan Albuquerque, et. al.. (Org.). Fronteiras de Saberes. 1ed.: EDUA - Editora Universidade da Amazônia, 2016, p. 219.

MENDONÇA, Maria Silva de; Souza; CASSINO; OLIVEIRA; SOUZA; PRATA-ALONSO e PAES. **Plantas medicinais usadas por comunidades ribeirinhas do médio Rio Solimões, Amazonas: identificação, etnofarmacologia e caracterização estrutural**. EDUA. Manaus, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes. 29ª edição. Rio de Janeiro, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. (Série Manuais Acadêmicos). Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2016.

MORAES, A. A. A. DORZANIO, A. S. Relatório Final do Bolsista (FAPEAM). 2010. (Relatório de pesquisa).

PROFESSORES INDÍGENAS MURA. **Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Mura** (primeira versão). Autazes, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Boitempo. São Paulo, 2007.

SANTOS, Elciclei Faria dos. Formação de docentes indígenas: interculturalidade e prática docente Mura. 2018. 237 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas.

SANTOS, Luzia Pacheco dos. Et al. **Dicionários de receitas das plantas medicinais da aldeia São Félix**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura Formação de Professores Indígenas) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013.

SILVA, Rosa Helena Dias da. **Os professores indígenas Mura de Autazes/Am e a construção de uma escola própria**: princípios, processos e práticas pedagógicas em movimento. In: 23º ENDIPE Encontro Nacional de didática e prática de ensino, 2006, Recife. Educação, questões pedagógicas e processos formativos: compromisso com a inclusão social. Disponível em <http://www.endipe.pro.br/anteriores/13/paineis_autor/r_paineis_autor.htm>. Acesso em: 23 set. 2018.

Revista Brasileira de Educação. **Direitos humanos, educação e interculturalidade**: as tensões entre igualdade e diferença v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

TINOCO, Sílvia Lopes da Silva Macedo. **“Nunca dez!”** A matemática Karai-ko e o uso do ábaco entre os Waiãpi do Amapá. In: Aracy Lopes da Silva & Ferreira, Mariana Kawall Leal. (orgs). Práticas pedagógicas na escola indígena. Global. São Paulo, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Faculdade de Educação/FACED. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura Formação de Professores Indígenas. Manaus, 2012.

ANEXO - TERMO DE ANUÊNCIA



ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS MURA
C.N.P.J. N.º 05.836.285/0001-19
"Reafirmando a Identidade Ética e Recuperando a Memória Histórica"

TERMO DE ANUÊNCIA

Pelo presente, a Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM), com sede no município de Autazes-AM, na Rua: Joaquim Augusto Queiroz, nº 211, Olinda, CEP: 69240000, por meio do seu Diretor Presidente, Jerson dos Santos Ferreira, autoriza a pesquisadora **Andreza da Silva Dorzanio**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS, Universidade Federal do Amazonas, a realizar o projeto de pesquisa intitulado **Os saberes Mura: perspectivas interculturais de educação escolar indígena**, a ser realizado sob a orientação do professor doutor **Dr. Michel Justamand**, a partir do segundo semestre letivo de 2018.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/2012 e Resolução CNS 510/2016. A instituição está ciente de sua corresponsabilidade como instituição participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos envolvidos, dispondo de infraestrutura necessária para isso.

Manaus, 05 de outubro de 2018.

Atenciosamente,

Jerson dos Santos Ferreira
Jerson dos Santos Ferreira
(Diretor Presidente da OPIM)
CPF: 653.353.682-68/RG: 1507619-9

Organização dos Professores Indígenas Mura - OPIM
"Reafirmando a Identidade Ética e Recuperando a Memória Histórica"
Rua: Joaquim Augusto Queiroz, nº 211, Olinda, CEP: 69240000 / Fone: 9456 9303
Autazes - Amazonas

